

Toffoli, Gilmar Mendes e Lewandowski

Tripé do crime no STF

solta Dirceu, Genu e

livra Paulo Bernardo

Para procuradora, o STF não pode ser guardião da injustiça e da impunidade

A sessão da segunda turma do STF na terça-feira foi um escândalo jurídico e moral. Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski atropelaram o próprio STF – e toda a Justiça – para soltar José Dirceu, condenado a 30 anos por roubar a Petrobrás, João

Cláudio Genu, o operador do PP também no roubo à Petrobrás, manter um ladrão dos fundos das estatais e operador do PMDB, Milton Lyra, fora da cadeia, além de anular as provas contra Paulo Bernardo, do PT, e suspender o processo contra o tucano Fernando Capez por assaltar o dinheiro da merenda escolar. **Página 3**



Enquanto 292.450 pobres estão presos sem condenação, os três soltam “amigos” duplamente condenados

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.645 29 de Junho 3 de Julho de 2018



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Câmara em final de feira dá aval em comissão à lei do agrotóxico

A comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que desregulamenta o uso de agrotóxicos no país. Apelidado de “PL do Veneno”, o projeto acaba com a exigência de autorizações da Anvisa e Ibama, reduz prazo para a liberação e passa a chamar veneno de “defensivo”. **P.4**

Carlos Mejía: tive que voltar a cantar contra a desgraça dos nicaraguenses

O compositor Carlos Mejía Godoy, um dos mais destacados cantores e compositores da Revolução Sandinista, disse que “acreditava que jamais iria voltar a canções de luta política, contra o crime, contra a desgraça de nosso povo”. “A Nicarágua vive um verdadeiro pesadelo. Estou farto de tanta miséria humana, de tanta impunidade”, declarou. **Página 6**

Aleluia deixa a Petrobrás só com 7% do petróleo de área do pré-sal

AFP



Brasil avança para as oitavas!

Com uma atuação segura, integrada e um futebol bonito de se ver, a Seleção venceu o jogo contra a Sérvia por 2 x 0, nesta quarta-feira. A vitória, que veio logo após

a eliminação da Alemanha pela Coreia do Sul, lavou a alma do brasileiro que comemorou em dobro. Com o resultado, o Brasil assumiu a ponta do Grupo E, e agora

irá enfrentar a seleção do México nas oitavas de final. O time passou confiança à torcida e deixou o sonho do hexacampeonato da Copa do Mundo ainda mais vivo.

O técnico Tite disse que iria comemorar a classificação. “Aparentemente [estou] em paz. Vou tomar caipira hoje, eu vou, eu me permito”, disse o treinador rindo. **Página 5**

Com o criminoso projeto do deputado Aleluia, aprovado na Câmara, que tira da Petrobrás 3,5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal, dos 5 bilhões de barris em áreas que lhes foram cedidas onerosamente pela União, a estatal ficaria com apenas 1,5 bilhão de barris. As reservas totais encontradas na região já superam 20 bilhões de barris, o que faz a Petrobrás ficar restrita a algo em torno de 7% do volume de óleo que ela própria descobriu e perfurou. **Pág. 2**

Preço aloprado do diesel fez a indústria recuar 13,4% em maio

Com a economia há quatro anos em recessão, o preço alucinado do diesel só agravou a crise na indústria. Segundo estimativa do Ipea, em maio, a produção do setor recuou 13,4% em relação a abril. **Pág. 2**

Moro vê propina de Richa: “não é mero caixa 2”

O juiz Sérgio Moro afirmou, no despacho em que remeteu processo envolvendo o ex-governador Beto Richa (PSDB-PR) para a Justiça Eleitoral, que o dinheiro da Odebrecht para a campanha de Richa não é “mero caixa dois”. **Página 3**

“Privatizar o petróleo é trair a pátria”, diz Obrador

Com recessão e diesel em alta, a produção da indústria desaba em maio

Segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em maio, a produção industrial recuou 13,4% em relação a abril, de acordo com reportagem do Estadão.

Há quatro anos que a economia brasileira está no fundo do poço, resultante da política neoliberal de juros estratosféricos, corte de investimentos públicos e arrocho salarial, que depressaram o mercado interno. Some-se a isso a política alucinada de estabelecer o preço dos combustíveis acima dos preços internacionais. Não podia dar em outra coisa senão jogar a indústria e demais setores, excetuando os bancos, em uma profunda crise.

Contudo, o governo, analistas e alguns desavisados pretendem jogar nas costas dos caminhoneiros a retração industrial. Há meses que a dupla Temer/Meirelles vinha alardeando a miragem da recuperação econômica, desmentida a cada divulgação de dados econômicos. O mais gritante é a explosão do desemprego.

De acordo com a Carta de Conjuntura do Ipea, do segundo trimestre deste ano, “os dados ajustados para a sazonalidade mostram que a taxa de desocupação vem mantendo-se praticamente estável nos últimos meses, girando em torno de 12,5%”. Isso representa mais de 12 milhões de trabalhadores desempregados, o que é um número subestimado, pois está mascarado pelo subemprego e o desalento. Ou seja, uma situação que já existia há pelo menos quatro anos, antes da greve dos caminhoneiros.

A paralisação de 11 dias ganhou o apoio da população porque sintetizou a indignação generalizada do povo brasileiro, afetado pela transferência de recursos públicos - que deveriam ser aplicados em saúde, educação, transporte, segurança etc. - para os bancos e demais parasitas.

Por outro lado, os caminhoneiros não têm nenhuma responsabilidade sobre “o aumento das incertezas no cenário externo”, uma das desculpas esfarrapadas que o governo usa - a cada ata do Copom - para tentar justificar o fracasso de sua política econômica.

Além de manter a política criminosa no preço dos combustíveis, estopim para a greve, Temer enrolou 11 dias, sem tomar uma providência, o que demonstrou que o país está à deriva.

Duas de suas promessas literalmente não estão sendo cumpridas. Nem a redução de 46 centavos dos combustíveis, nem o piso mínimo do frete. E depois a culpa é dos caminhoneiros. Haja óleo de peroba.

V.A.

“Projeto Aleluia” é crime contra o Brasil, denuncia Fernando Siqueira



César Tiberê/PR

Michel Temer e o vice-presidente do EUA Mike Pence, em visita oficial ao Brasil

Temer promulga acordo que escancara o céu brasileiro aos Estados Unidos

Michel Temer resolveu fazer mais um agrado aos americanos, após a criminosa entrega de áreas do pré-sal para Exxon e Chevron, e assinou na terça-feira (26) o acordo sobre Transportes Aéreos entre Brasil e Estados Unidos da América, conhecido como acordo de “Céus Abertos”. Na oportunidade, estava em visita oficial ao país, o vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence.

O acordo estabelece que a abertura ou o fechamento de novas rotas aéreas entre os dois países passarão a ser definidas segundo decisão das empresas. E não haverá mais o limite atual de 301 voos semanais.

O tal acordo foi firmado entre a presidente Dilma Rousseff e Barack Obama em 2011 e foi aprovado no Congresso Nacional em março deste ano.

Segundo denunciou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), em artigo, quando da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo no plenário da Casa, no dia 7 de março, “o texto do novo acordo difere bastante do antigo acordo pactuado entre Brasil e Estados Unidos da Amé-

rica, em março de 1989, o qual foi baseado no modelo tradicional de concessões recíprocas para tráfego internacional de aeronaves, com fixação, pelo Estado nacional, de algumas rotas, limitação da quantidade e frequência de voos e tipo de aeronaves, entre outras restrições, incluindo até a especificação de parâmetros para cobrança de tarifas dos passageiros”. E continuou em artigo publicado em 12 de março: “Já o novo acordo enquadra-se na categoria dos novos compromissos internacionais na área da aviação civil, aproximando-se da política de ‘Céus Abertos’, que busca reduzir restrições à operação das empresas aéreas dos países signatários em voos internacionais, baseando-se na ‘livre concorrência’, ‘liberdade tarifária’, e menor (se alguma) interferência governamental. Dessa forma, este novo acordo pactuado pelo Brasil com os Estados Unidos é baseado totalmente em ‘regras de mercado’ e permite ‘ampla flexibilização’ para a operação de empresas aéreas americanas em voos internacionais, com tráfego no território das Partes”.

Sobre a reciprocidade prevista no acordo, Requião alertou para a desnacionalização do setor que “se aprofundou bastante nos últimos anos”.

“As pouquíssimas empresas de vulto aqui constituídas já têm, pelo que se sabe, participação majoritária de capital estrangeiro. A tendência, portanto, é que essas empresas ‘nacionais’ façam acordos com empresas norte-americanas e acabem virando sócias minoritárias, no tráfego aéreo bilateral”.

Já o senador Lindbergh Farias, líder do PT no Senado, quando da discussão no Senado, pediu o adiamento da votação, argumentando que não havia consenso na bancada. “Eu sei que isso começou a ser aprovado ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, só que, na nossa bancada, não há consenso. Eu tenho uma posição contrária a esse projeto. Eu acho que vai criar uma assimetria grande, vai prejudicar as empresas nacionais, nós estamos sendo vítimas de um processo de desnacionalização gigantesco”, declarou o senador petista sobre o acordo assinado entre a senhora Rousseff e Obama.

Não se pode perder a soberania sobre a Petrobrás e a Eletrobrás, alerta CNBB

O bispo auxiliar de Brasília (DF) e secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Leonardo Ulrich Steiner, alertou, durante reunião do Conselho Permanente da CNBB, entre os dias 19 e 21 de junho, que não se pode perder a soberania sobre os bens que estão ligados à Eletrobrás e à Petrobrás: água, petróleo, gás e energia elétrica.

Durante a reunião, os bispos debateram sobre a necessidade de defender a soberania do Brasil, teme que tem sido abordado desde o ano passado.

Segundo a CNBB, durante a 52ª Assembleia do Conselho Episcopal Regional Nordeste 2 da CNBB, em setembro de 2017, os bispos de Alagoas, Paraíba,

Pernambuco e Rio Grande do Norte posicionaram-se a respeito da privatização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), que é vinculada à Eletrobrás, estatal na lista de privatizações pelo Governo Federal. Para os prelados, a ação causará “um grande impacto”, afetando especialmente as populações ribeirinhas, agricultores familiares e ao meio-ambiente. O Conselho Regional convocou toda a sociedade a uma maior reflexão sobre as consequências da privatização da Chesf, “que viria causar danos irreparáveis ao meio ambiente e à sociedade”.

O regional Sul 3 da CNBB também se posicionou sobre a privatização das estatais em texto assinado por seu

presidente, o arcebispo de Porto Alegre (RS), dom Jaime Spengler, divulgado em dezembro. “É preocupante o descrédito da política, o avanço da corrupção e a dilapidação do patrimônio nacional. Assiste-se a entrega das riquezas naturais à exploração desenfreada de empresas multinacionais, que olham para nossos bens naturais apenas com o olhar da ganância e da avareza”.

“O patrimônio natural do Brasil é dos brasileiros”, ressaltou dom Jaime. “Sejam defensores dos ideais da cidadania, da esperança e da soberania da população sobre o uso adequado do patrimônio do país, para que este seja a serviço do bem comum”.

Com informações do site da CNBB

Abimaq: vendas caem 6,2% em maio

As vendas de máquinas e equipamentos sofreram uma queda de 6,2% em maio, na comparação com o mesmo mês de 2017 e 3,1% em relação ao mês de abril, conforme relatório da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ). O total das vendas do mês foi de R\$ 5,798 bilhões. Os gastos na compra desses bens são uma referência do nível de investimentos no país.

As exportações no mês foram no valor de US\$ 519 milhões e as importações no valor de US\$ 1,084 bilhão, ou um déficit de US\$ 564 milhões. Nestes termos o déficit aumentou 27,4% sobre a abril e 171,2% em relação maio de 2017.

As exportações, no entanto, no acumulado até maio de 2018 aumentou 17% em relação ao mesmo período de 2017 e têm ganho crescente

participação no total das vendas do segmento. Para o presidente do Conselho da ABIMAQ, João Carlos Marchesan, as exportações já representam algo em torno de 49% do faturamento.

Se por um lado, estas exportações têm dado um fôlego para essa indústria, a redução do mercado interno nos últimos anos e o aumento das importações são uma ameaça para as empresas genuinamente nacionais, que cada vez mais ficam na dependência do mercado externo, onde a concorrência com os monopólios internacionais é cada vez mais assimétrica e desleal.

As importações atingiram US\$ 1,08 bilhão, avanço de 18,6%, com uma tendência de crescimento, inclusive nos anos recentes. Há cerca de dez anos, 60% das vendas do segmento eram feitas por empresas sediadas no país, atualmente, esse percentual

está com as importações, invertendo essa relação desfavoravelmente à produção interna.

Por isso, a carteira de pedidos do setor no Brasil cai mês a mês. Em maio, terminou com dois meses de entrega - pior nível da história.

O setor terminou o mês de maio com 294,6 mil funcionários, número 0,3% menor que a quantidade de abril. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) ficou em 75,37% em maio ante 72,76% em maio de 2017.

Segmentos como componentes para indústria de bens de capital (68,27%), infraestrutura e indústria de base (61,10%) e máquinas para petróleo e energia renovável (67,64%) estão bem abaixo da média. Com o mercado interno em queda muito forte, a ocupação está direcionada para exportações.

J.AMARO.

“Estamos vendo campos de petróleo já descobertos pela Petrobrás, onde não tem risco nenhum, sendo entregues às petroleiras internacionais. Como é o caso do processo da cessão onerosa. Dos 5 bilhões de barris, descobriu 20 bilhões no conjunto de blocos”, afirmou o vice-presidente da Aepet

No último dia 20 de junho, 217 deputados (42% dos votos) aproveitaram a atenção dispensada pela população à Copa do Mundo e votaram o substitutivo do deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE) ao Projeto de Lei 8939/17, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). O PL permite à Petrobrás vender às multinacionais até 70% de seus direitos de exploração de 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal, em áreas cedidas onerosamente à estatal pela União, pelo valor de R\$ 74,8 bilhões. Como nesta área foram encontradas reservas que chegam a mais de 20 bilhões de barris, com os leilões aprovados por Temer e a venda dos 70% da cessão onerosa, pretendida por Aleluia, a estatal ficaria com apenas 7% do total de barris, ou seja, somente 1,5 bilhão.

O projeto não foi encaminhado ao Senado, pois ainda não foram votados destaques apresentados ao texto-base, entre os quais um do PSB, que mantém o caráter intransferível da cessão onerosa.

“O mais grave de tudo isso é que os 5 bilhões de barris que a Petrobrás comprou da União não poderiam ser transferidos para ninguém. Eles inclusive foram descobertos pela Petrobrás, que investiu na exploração. O José Carlos Aleluia apresentou o projeto de lei especificamente para a Petrobrás poder vender 70% dos 5 bilhões de barris, isto é, 3,5 bilhões de barris, que vão parar nas mãos das multinacionais”, afirmou ao HP o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira.

Segundo ele, “em complemento a isso, em abril deste ano, Temer fez o decreto-lei 9355 que regula a venda de qualquer campo da Petrobrás para empresas estrangeiras. E, como se não bastasse, estipula as empresas para as quais serão vendidos, ou seja, uma venda dirigida”. Com efeito, o decreto de Temer, que regulamenta a venda de campos e blocos de petróleo e gás pela Petrobrás, estabelece que no “procedimento especial” da cessão de direitos da estatal serão observados “os direitos de preferência de parceiros da Petrobrás”.

“Como o TCU [Tribunal de Contas da União] impediu a venda de ativos, então o Pedro Parente [ex-presidente da Petrobrás], que vendeu ativos com prejuízo de mais de R\$ 200 bilhões, criou um eufemismo. Não é mais venda de ativos, é ‘parceria estratégica’ com as multinacionais”, disse Siqueira. Até o momento a diretoria da Petrobrás, controlada por entreguistas, já assinou parcerias com a francesa Total e a inglesa BP, além da formação de consórcios para as rodadas de licitações em regimes de concessão e de partilha com a norte-americana Exxon-Mobil, a anglo-holandesa Shell, a norueguesa Statoil, BP, Total e outras empresas estrangeiras.

Com o decreto, Temer eliminou os óbices para a venda total ou de participação estrangeira em campos de petróleo, inclusive no pré-sal, como no caso dos campos da cessão onerosa.

De acordo com o vice-presidente da Aepet, “quem vai definir os campos que serão entregues ao capital estrangeiro é o novo Conselho de Administração, que o Temer nomeou. São oito picaretas, quatro que foram empregados de multinacionais e quatro banqueiros. Como se pode ver, é uma entrega



Fernando Siqueira

do pré-sal, um desmonte da indústria de petróleo nacional e de todo patrimônio nacional”.

“Estamos vendo campos de petróleo já descobertos pela Petrobrás, onde não tem risco nenhum, sendo entregues às petroleiras internacionais. Como é o caso do processo da cessão onerosa. A Petrobrás comprou da União sete blocos para produzir 5 bilhões de barris de petróleo, pagando R\$ 74 bilhões. Quando foi perfurar, logo no primeiro campo descobriu 10 bilhões de barris, depois de perfurar nos outros campos descobriu um total de 20 bilhões de barris. Então, comprou 5 bilhões de barris e descobriu 20 bilhões no conjunto de blocos”, frisou Siqueira.

Ele sublinhou que o governo Temer pretende entregar também às multinacionais o excedente de 15 bilhões de barris da cessão onerosa através de leilão. Em sua avaliação, a Petrobrás deveria ser contratada, em regime de partilha, para produzir esse excedente.

Isso já foi proposto anteriormente, conforme lembrou Siqueira. Em 2014, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a contratação direta da Petrobrás para a produção do volume excedente em quatro áreas (Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi). A Companhia pagaria R\$ 2 bilhões em bônus de assinatura e anteciparia R\$ 13 bilhões em excedente em óleo entre 2015 e 2018. No entanto, o TCU vetou o acordo. O relatório do processo no tribunal foi José Jorge, ministro de Minas e Energia no governo tucano.

“O José Carlos Aleluia faz parte dos deputados neoliberais e entreguistas. Ele foi um dos indicados na comissão dos ‘anões do Orçamento’. Mas como ele é um dos deputados protegidos pelo sistema não foi punido”, acrescentou o dirigente da Aepet.

Para o consultor legislativo Paulo César Ribeiro Lima, a entrega do excedente do petróleo da cessão onerosa vai implicar em uma perda para a Petrobrás e o país na ordem de R\$ 500 bilhões.

“Na produção dos cinco bilhões da cessão onerosa foi estimada uma receita líquida total de R\$ 795 bilhões e um valor presente líquido de R\$ 173,3 bilhões. No caso dos excedentes da cessão onerosa, a receita líquida total e o valor presente líquido podem ser até três vezes maiores. Desse modo a receita líquida total pode atingir R\$ 2,3 trilhões e o valor presente líquido dos excedentes da cessão onerosa pode chegar a cerca de R\$ 500 bilhões, valor muito maior que o bônus de assinatura, cuja previsão é de R\$ 100 bilhões”, alertou Lima.

VALDO ALBUQUERQUE

PF investiga nova propina para operador de Temer

João Baptista Lima Filho, operador de Michel Temer, é investigado pela Polícia Federal (PF) por nova suspeita de recebimento de propina referente a contratos do Porto de Santos.

A Polícia Federal encontrou nos cofres da empresa de Lima, a Argeplan, uma planilha indicando o repasse de 17% de um contrato de R\$ 50 milhões firmado entre uma empresa de coleta e incineração de resíduos e a Codesp, administradora do porto. O contrato, firmado com um consórcio formado pela Transportadora Júlio Simões e a Coletora Pioneira, em 1998, vigorou por 15 anos.

Segundo a PF, a planilha traz a inscrição 17% ao lado do nome da J.P. Tecnolimp, empresa pertencente ao grupo Julio Simões e que herdou o contrato assinado com a Codesp. Ainda em 1998, o

consórcio fez um acordo de acionistas com a Eliland, braço de uma offshore no Uruguai. A Eliland ficaria com cerca de R\$ 8,5 milhões a título de dividendos, valor que corresponde justamente aos 17% informados na planilha.

As investigações conduzidas pela polícia apontam que as movimentações financeiras da Eliland eram feitas por Almir Martins Ferreira, contador da Argeplan. Ferreira também foi responsável por contas de campanhas de Temer na década de 1990.

O contador e Lima foram alvos da Operação Skala, deflagrada em março para investigar o pagamento de propina ao peemedebista pela assinatura do decreto dos Portos, que beneficiou empresas do setor. Ferreira aparece como gerente da Eliland, que aparece em negócios com a Rodrimar, que opera no Porto de Santos.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90



Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula Marques/AGPT
Sérgio Moro, juiz da Operação Lava Jato

Moro vê propina de Beto Richa: 'não é mero caixa 2'

O juiz federal Sérgio Moro afirmou, no despacho em que remeteu um processo envolvendo o ex-governador Beto Richa (PSDB/PR) para a Justiça Eleitoral, na segunda-feira (25), que o dinheiro da empreiteira Odebrecht para a campanha do tucano ao governo não é “mero caixa dois”. A investigação mira uma propina de R\$ 4 milhões da Odebrecht para “Richa e associados”.

O Superior Tribunal Justiça (STJ) determinou que o processo fosse encaminhado para a Justiça Eleitoral, após recurso do ex-governador. No despacho, Moro destacou que há pelo menos quatro depoimentos sobre pagamentos da empreiteira ligados a “uma contrapartida específica da parte do ex-chefe de Gabinete do então governador”.

“Depoimentos ainda colhidos de executivos da Odebrecht, como Luis Antônio Bueno Júnior e Luciano Ribeiro Pizzatto, são no sentido de que o dinheiro foi pago em contrapartida ao direcionamento da licitação da duplicação da PR-323 ao Grupo Odebrecht, tendo o ex-chefe de gabinete do governador Carlos Alberto Richa, Deonilson Rolso, atuado para limitar a concorrência no certame (no que aparentemente foi bem sucedido)”, anotou o juiz.

Ele registrou ainda que o diretor da empresa Contern, Pedro Rache de Andrade, confirmou a atuação do ex-chefe de gabinete. O executivo contou que foi chamado no Palácio Iguaçu em 24 de fevereiro de 2014 “para conversar” com Deonilson.

Sérgio Moro citou ainda que a delação premiada do ex-diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER-PR), Nelson Leal Júnior, também confirmou “a prática de corrupção no caso”. “Não se trata, portanto, do crime do artigo 350 do Código Eleitoral, pois, havendo indícios de contrapartida à vantagem financeira, é de corrupção de que se trata somente.”

O magistrado, responsável pelas ações em primeira instância da Operação Lava Jato, afirmou esperar que o processo seja devolvido à Justiça Federal: “(...) Esperando-se, respeitosamente, que devolva os autos oportunamente para o prosseguimento das investigações por crimes de corrupção, lavagem e fraude à licitação, como, aliás, também se posicionaram o MPF e a autoridade policial”.

REU

Na terça-feira (26), o juiz Nivaldo Bruno, da 23ª Vara Federal de Curitiba, aceitou denúncia apresentada contra Beto Richa por uso ilegal de verba da Saúde. Ele é acusado de desvio de finalidade de R\$ 100 mil oriundos do Fundo Nacional de Saúde, que deveriam ter sido aplicados na reforma de três unidades de saúde em Curitiba, quando era prefeito.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

Trio da impunidade da 2ª Turma do Supremo sabota a Lava Jato

SCO/STF
A farra da impunidade dos três em um único dia na Segunda Turma

Procuradores condenam Gilmar, Lewandowski e Dias Toffoli e defendem a Operação Lava Jato

A procuradora Thameá Danelon, que atua nas investigações da Operação Lava Jato em São Paulo, criticou as decisões adotadas pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na terça-feira (27), por maioria formada pelos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski.

Thameá Danelon disse que, após as decisões tomadas pela Turma, que classificou de “alarmantes”, “a Operação Lava Jato está concretamente ameaçada”. Ela acrescentou que o “STF deve ser o guardião da Constituição e não da injustiça e impunidade”.

Outra a se pronunciar foi Monique Cheker, procuradora federal em Petrópolis (RJ), que afir-

mou em rede social que a vitaliciedade dos mandatos dos ministros “virou base para o cometimento dos maiores arbítrios, sem sombra de responsabilidade”. “Como não são eleitos, a pressão popular ou da imprensa pouco importa. E ainda têm direito a área VIP em aeroportos, bem longe do povo”, disse.

O procurador Hélio Telho, que trabalha em Goiânia (GO), criticou também a postura do ministro Ricardo Lewandowski na sessão, quando ele afirmou que não permitiria ao subprocurador-geral Carlos Vilhena se manifestar em uma das decisões, alegando que ele não havia se inscrito. “Que absoluta falta de respeito ao Ministério Público, ao sistema acu-

atório, ao processo penal e à defesa da sociedade”, ressaltou.

Para o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, que atua na força-tarefa da Lava Jato em Curitiba (PR), “é preciso discutir os limites desses habeas corpus cangurus e super-cangurus, bem como sobre a pouca profundidade do conhecimento dos fatos nesses HCs”.

“Certo está (o ministro Edson) Fachin quando diz que juizes não devem ter lado”, completou. “Como a história das grandes operações no Brasil mostra, as investigações acabam em julgamentos das cortes superiores, na maior parte das vezes mutilada da análise aprofundada das provas”, afirmou Carlos Fernando.

Segunda Turma solta condenados pela Operação Lava Jato na segunda instância

A terça-feira (26) foi de farra na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal. O trio Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Lewandowski atropelou o entendimento do pleno do Supremo em sentido contrário e mandou soltar o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro do PP, João Claudio Genu, ambos já condenados em segunda instância.

O conchavo entre tucanos, petistas e temeristas, representados no STF pelo citado trio de acobertadores da ladroagem, mandou ver. O ministro Edson Fachin até tentou impedir a decisão e pediu vistas no processo de José Dirceu. Segundo ele, a decisão estava caminhando no sentido de afrontar o plenário da casa. Não adiantou. Dias Toffoli resolveu dar um Habeas Corpus para que o ex-ministro responda em liberdade usando como pretexto a entrada em recesso do Judiciário.

Liderado pelo notório Gilmar Mendes, o trio formado por ele, Dias Toffoli e Lewandowski anulou as provas contra o ex-ministro Paulo Bernardo.

O pretexto foi de que houve uma operação de busca e apreensão no apartamento funcional da senadora Gleisi Hoffmann por ordem de um juiz de primeira instância. No entendimento de Gilmar Mendes, somente o STF poderia autorizar a busca no apartamento funcional. Fachin contestou, dizendo que o apartamento era a residência de Paulo Bernardo, que não tem foro privilegiado. Fachin argumentou ainda que imóvel funcional não tem imunidade.

Ou seja, as provas dos crimes cometidos por Pau-

lo Bernardo existem. Elas são exuberantes. A Operação Custo Brasil, um braço da Lava Jato descobriu um desvio que chegou a R\$ 100 milhões, iniciado no Ministério do Planejamento no final de 2009, sob o comando de Paulo Bernardo. O roubo começou após a contratação da empresa de tecnologia Consist Software para intermediar os empréstimos consignados feitos por bancos aos servidores da União. A empresa, segundo a força-tarefa, repassava 70% do valor que ganhava com a taxa operacional dos empréstimos para o esquema de propina.

O uso deste tipo de artimanha para livrar os assaltantes do erário é a prova cabal de que houve o crime. O argumento não é de que não há provas. Elas existem e em abundância, como dissemos. Eles se utilizaram de uma manobra para dizer que essas provas, apesar de existirem, não podem ser usadas porque foram obtidas no apartamento funcional da senadora. Ou seja, Paulo Bernardo, que não tem foro privilegiado, está se escondendo na condição de marido de uma parlamentar para acobertar provas que foram encontradas em sua residência. A conclusão que se pode chegar é que os corruptos passarão, se é que já não estão usando seus apartamentos funcionais como bukers para ocultar as provas de seus crimes.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

Trio anula provas contra Paulo Bernardo

O argumento não é de que não há provas. Elas existem e em abundância, como dissemos. Eles se utilizaram de uma manobra para dizer que essas provas, apesar de existirem, não podem ser usadas porque foram obtidas no apartamento funcional da senadora. Ou seja, Paulo Bernardo, que não tem foro privilegiado, está se escondendo na condição de marido de uma parlamentar para acobertar provas que foram encontradas em sua residência. A conclusão que se pode chegar é que os corruptos passarão, se é que já não estão usando seus apartamentos funcionais como bukers para ocultar as provas de seus crimes.

SÉRGIO CRUZ

Câmara: 'Ciro tem um importante projeto para o Brasil'

O pré-candidato do PDT à Presidência, Ciro Gomes, visitou Pernambuco na terça-feira (26), onde se encontrou com lideranças do PSB. Ele esteve com o governador Paulo Câmara e com Renata Campos, viúva do ex-governador Eduardo Campos.

Ciro disse que fez a visita para “reiterar mais uma vez” o convite

para o PSB construir com ele um “campo democrático popular”. “Quero crer que ele vai cuidar com zelo do apelo que lhe fiz”, afirmou após a reunião com o governador.

O governador Paulo Câmara, que também é vice-presidente nacional do PSB, retribuiu a visita indicando que a possibilidade de uma

coligação com o PT está cada vez mais longe. Ele afirmou que Ciro tem “um importante projeto para o Brasil” e, referindo-se à rivalidade local com a petista Marília Arraes, que também pleiteia o governo do Estado, disse que “(formar) alianças nacionais envolve reciprocidade”. Continue lendo em www.horadopovo.org.br

Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli soltam Dirceu, Genu, mantêm doleiro solto, livram Paulo Bernardo e travam ação contra investigado na Máfia da Merenda de SP

Se alguém (evidentemente, alguém de boa fé) tinha dúvidas de que a luta contra a corrupção - a luta contra a súa corrupta que sufoca o país, a luta contra as quadrilhas em que se tornaram PT, PMDB, PSDB e os que orbitam em torno deles - é a luta política principal no Brasil de hoje, a sessão de terça-feira, dia 26, da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), provavelmente, eliminou essas dúvidas.

Boa parte de nossos leitores, com certeza (e com razão), perguntam como é possível três indivíduos - apenas três - passarem por cima do próprio STF, e de toda a estrutura da Justiça, para soltar e proteger corruptos, ladrões do nosso dinheiro, ladrões da nossa mais importante e decisiva empresa.

Foi isso que Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski fizeram, avacalhando - que o leitor nos desculpe a expressão popular, no caso, adequada - com seu próprio cargo de ministros do STF, e, como observou o jurista Modesto Carvalhosa, com o próprio STF.

Que três indivíduos, adrede combinados, possam se sobrepor ao STF - que é composto por 11 ministros-juizes - e a toda a Justiça, assim como a todo o país, é algo que demanda atenção. Mas, antes de tudo, demanda correção.

OPT - inclusive a senhora Gleisi Hoffmann, presidente nacional do partido, uma das beneficiadas, na terça-feira, pelas votações dos três elementos na Segunda Turma - apenas expõe o seu caráter filonazista, ao berrar que o ministro Luís Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, está “isolado”.

Nenhum dos três elementos que anularam as provas contra o marido de Hoffmann, Paulo Bernardo, pode sair na rua - pois há o risco da indignação popular se manifestar de maneira algo rude.

No entanto, diz o PT, é Fachin quem está “isolado”.

Não era isso o que Goebbels fazia no 3º Reich?

Fachin manteve sua dignidade e honrou as melhores tradições do STF - aquelas que consagraram o grande ministro Alvaro Ribeiro da Costa, presidente do Supremo que não se submeteu à ditadura.

Na Segunda Turma, Fachin foi o único voto contra o tripé do crime, da corrupção e da impunidade (o outro integrante da mesma Turma, ministro Celso de Mello, não compareceu à sessão de terça-feira).

No mesmo dia, esse trio: 1) soltou José Dirceu, condenado pelo Tribunal Federal da 4ª Região (TRF-4) a 30 anos, 9 meses e 10 dias, por cinco crimes de corrupção, oito de lavagem, e por pertencer a uma organização criminosa;

2) soltou João Cláudio de Carvalho Genu, operador do PP, condenado a 9 anos e 4 meses, também pelo TRF-4, que, com o doleiro Alberto Youssef, ficava com 30% da propina passada ao PP no assalto à Petrobrás (os repasses a Genu foram identificados pela PF);

3) manteve solto o escroque Milton Lyra, assaltante dos fundos das estatais e operador do PMDB;

4) anulou as provas contra o ex-ministro Paulo Bernardo, do PT (como disse Fachin, o trio da Segunda Turma inventou o foro privilegiado para imóvel - as provas foram anuladas porque encontradas na residência de Bernardo, que mora com a mulher em um apartamento funcional do Senado);

5) suspendeu o processo contra o deputado Fernando Capez (PSDB-SP), por receber propina e desviar dinheiro da merenda escolar em São Paulo.

Não há nenhuma dúvida sobre a culpa de José Dirceu no processo pelo qual foi condenado a 30 anos, 9 meses e 10 dias. As transferências de propina foram identificadas, assim como os intermediários, assim como a fonte, a Engevix,

cujos donos confessaram que pagavam as propinas a Dirceu, e até descobriu-se onde o dinheiro foi gasto. (v. [Juiza determina prisão e José Dirceu se entrega](#), e, também, [O PT na Petrobrás: Vaccari, Duque & alguns outros - 1](#)).

Dirceu, condenado em primeira instância (na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba) e em segunda instância (TRF-4), estava cumprindo sua pena na penitenciária da Papuda.

Seus advogados entraram com uma “reclamação” no STF. Chama-se “reclamação” a uma queixa de que alguma decisão do STF não está sendo cumprida.

Dias Toffoli, o relator dessa “reclamação”, foi funcionário de José Dirceu durante anos, como assessor jurídico da liderança do PT na Câmara, advogado de três campanhas de Lula e subchefe para assuntos jurídicos do próprio Dirceu, quanto este era ministro da Casa Civil. Além disso, foi Advogado Geral no governo Lula, consultor jurídico da CUT e foi indicado por Lula para o STF.

Apesar disso, não se considerou impedido para julgar a “reclamação” de seu ex-chefe. Em certas camadas da elite, a vergonha vai se tornando algo tão raro quanto o ar no espaço sideral.

Mesmo Toffoli, no entanto, recusou uma liminar dessa “reclamação”, no último dia 18 de abril.

Agora, julgando o mérito, Toffoli reconheceu que o pedido de Dirceu era inteiramente descabido.

Como disse, em sua linguagem, mais confusa do que jurídica:

“... malgrado os bem lançados argumentos da defesa, tenho que razão não assiste ao reclamante. (...) mostra-se inviável a reclamação quando inexistente identidade entre a decisão reclamada e o acórdão paradigmático [ou seja, a base jurídica é falsa]. (...) a improcedência da ação é medida que se impõe”.

Toffoli, portanto, não teve alternativa, senão recusar o pedido de Dirceu.

Incrivelmente, depois disso, concedeu um habeas corpus para soltar Dirceu, que não fora pedido pela defesa de Dirceu, não estava em discussão, nem era o tema do julgamento, baseado na “plausibilidade jurídica nos argumentos defensivos a respeito da dosimetria da pena”.

Ou seja, ele acha “plausível” que Dirceu tenha sido condenado a uma pena maior do que deveria. Mas isso, quem julga não é ele, mas os tribunais, que condenaram Dirceu, e o STJ. Porém, como acha “plausível” o que disse a defesa, resolveu soltar Dirceu.

Mas, desde quando uma discussão sobre o tamanho da pena - isto é, uma discussão que admite que o réu é culpado - é motivo para soltar um condenado?

Nesse caso, nem havia discussão. O habeas corpus foi um corpo estranho, inventado para soltar Dirceu.

E, claro, ensaiar a mesma coisa para Lula.

Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski soltaram Dirceu atropelando o STF, que autorizou a prisão do réu após sua condenação em segunda instância (caso do TRF-4).

Quando o ministro Fachin solicitou vistas do processo - o que teria de paralisar o julgamento - simplesmente, Mendes, Lewandowski e Toffoli votaram o “habeas corpus de ofício” (isto é, um habeas corpus que não havia sido solicitado por Dirceu) para soltá-lo.

E fizeram a mesma coisa para soltar Genu.

Se Al Capone entrasse com alguma ação, fiquemos certos, leitores, que Toffoli, Lewandowski e Mendes o teriam soltado - e protegido.

CARLOS LOPES

PSDB esconde Aécio Neves em ato comemorativo dos seus 30 anos

O PSDB comemorou, na terça-feira (26), seus 30 anos escondendo seu ex-presidente nacional Aécio Neves. A sigla recebeu a militância em Brasília para uma reunião de sua Executiva. Um vídeo comemorativo, com cerca de quatro minutos, apareceram Mário Covas, Tasso Jereissati, Geraldo Alckmin e Marconi Perillo, entre outros tucanos. Nenhuma menção foi feita à campanha do senador Aécio Neves à presidência da República em 2014. O político mineiro comandou o partido entre 2013 e 2017.

Aécio não gravou depoimento para o vídeo, e aparece apenas de relance, ainda jovem, ao lado do avô Tancredo Neves, em registro da época da campanha das Diretas Já. O senador foi afastado da presidência do partido após ter sido

gravado pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, pedindo e recebendo propina de R\$ 2 milhões.

O senador também foi um dos ausentes ao ato, que contou com a presença do pré-candidato Geraldo Alckmin, atual presidente do partido. Entre os quadros históricos da sigla, compareceram apenas Teotônio Vilela Filho, ex-presidente do PSDB e ex-governador de Alagoas, e o senador José Serra (SP), que chegou após o evento terminar.

Além de Aécio, não compareceram à comemoração o senador Tasso Jereissati (CE) e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Sobre a ausência de figuras proeminentes no evento, a cúpula tucana afirmou que todos foram convidados.

Agronegócio celebra aprovação na comissão: PL do Veneno é POP

Projeto que libera o uso de agrotóxicos foi aprovado em comissão especial e comemorado com banquete da bancada ruralista no Lago Paranoá. “Isso é uma aberração”, criticou o deputado Alessandro Molon

Após mais de quatro horas de discussão, a comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 6299/2002, que desregula o controle do uso de agrotóxicos no país.

A votação, ocorrida na última segunda-feira (25), contou com 18 votos favoráveis e nove votos contrários ao relatório do deputado Luiz Nishimori (PR-PR). A proposta original foi apresentada em 2002 pelo então senador, Blairo Maggi (PP), que hoje é o ministro da Agricultura. Para entrar em vigor, o texto precisa passar pelo plenário da Câmara, voltar ao Senado, para depois ir para sanção presidencial.

O relatório derruba restrições à aprovação e uso de agrotóxicos no Brasil, incluindo os mais perigosos, que tenham características teratogênicas (causadoras de anomalias no útero e malformação no feto, cancerígenas ou mutagênicas). Profissionais da área da saúde e ambientalistas denunciam que o projeto pretende acabar com o controle do governo sobre o uso de pesticidas no país, que já é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo.

A proibição do registro destes agrotóxicos é substituída pela expressão “risco inaceitável” para os seres humanos ou para o meio ambiente, o que, na prática, autoriza estes agrotóxicos em situações em que o uso permanece inseguro, mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco.

O texto faz alterar a nomenclatura dos agrotóxicos, que passam a ser tratados como “pesticidas”. O projeto também dispensa os vendedores de advertir os consumidores sobre os malefícios decorrentes do uso de agrotóxicos. O que para o Ministério Público Federal, é inconstitucional.

Segundo nota técnica do MPF, o artigo 220 prevê exatamente o contrário, “é necessário que os agricultores os reconheçam como produtos tóxicos perigosos e, não, como meros insumos agrícolas. A medida é fundamental para que ocorra a devida proteção ao meio ambiente, à saúde e ao consumidor em sua utilização”.

LIBERAÇÃO

Atualmente os ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente são responsáveis por análises dos novos agrotóxicos, que só são liberados após análise e pareceres da Anvisa e do Ibama, trabalho que normalmente leva mais de cinco anos.

O projeto tira o poder de decisão de liberação do Ibama e da Anvisa, que passam a ser órgãos apenas consultivos, e passa a responsabilidade exclusivamente para o Ministério da Agricultura. Além disso, o texto prevê um prazo máximo de dois anos para a liberação de novos agrotóxicos, período após o qual os produtos podem ganhar registro automaticamente.

A medida é defendida pela bancada do agronegócio no Congresso, que tem o objetivo de garantir o aumento dos lucros do setor. Segundo o relator a mudança da atual lei dos agrotóxicos é necessária já ela impõe “muita burocracia” ao setor.

O MPF afirmou que o PL é ilegal, pois desrespeita pelo menos seis artigos da Constituição e caso o projeto venha a ser aprovado no Congresso Nacional, a Procuradoria-Geral da República deve entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

BRASIL

A aprovação do PL do Veneno visa ampliar ainda mais os lucros do agronegócio e ignora quaisquer consequências que o uso desenfreado de agrotóxicos podem causar na população.

Nos países europeus, atualmente, a água potável pode conter 0,1 miligramas por litro de glifosato (o herbicida mais vendido no mundo), enquanto no Brasil, o limite é 5 mil vezes maior. No caso do feijão e da soja, por exemplo, a lei brasileira permite o uso no cultivo de quantidade 400 e 200 vezes superior ao permitido na Europa.

Aqui, todos os anos são utilizados 7,3 litros de agrotóxico por habitante. Em 2017, de acordo com um estudo da Fiocruz, houve 11 registros de intoxicação por dia, e, pelo décimo ano consecutivo, o Brasil foi o primeiro no ranking de maiores consumidores de agrotóxicos.

Ainda segundo o estudo 164 pessoas morreram após entrar em contato com a substância e 157 ficaram incapacitadas para o trabalho, isso não contabilizando as intoxicações que evoluíram para doenças crônicas, como câncer e impotência sexual.

VOTAÇÃO

A sessão na Câmara foi marcada por protestos e bate-boca entre parlamentares. No início do debate os deputados da oposição pediram o adiamento da votação devido à divulgação da nova versão do relatório com menos de 24h para análise, mas, com maioria ruralista na comissão, o pedido foi negado. A oposição também fez tentativas de obstruir a votação, com requerimentos para realização de audiências públicas e retirada do projeto da pauta.

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), criticou duramente o trecho do texto que permite que registro automático de produtos. “Ah, mas causa câncer? Não importa, pode usar. Se em dois anos não for apreciado, pode usar. Isso é uma aberração”, afirmou.

A presidente da comissão, Tereza Cristina (DEM-MS), que é também presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, determinou que a sessão fosse fechada a parlamentares, servidores da comissão e jornalistas. Seguranças isolaram o corredor de comissões e revistavam as bolsas daqueles que entravam no plenário.

FESTA

Depois da aprovação do projeto a bancada ruralista foi festejar em restaurante à beira do lago Paranoá. Cerca de 40 pessoas, entre deputados e empresários, comemoraram a vitória com vinho, bacalhau e discursos inflamados, de acordo com o jornal “Folha de S. Paulo”, que cobriu o encontro.

No jantar, a deputada Tereza Cristina, que presidiu os trabalhos na comissão, ganhou o apelido de “Musa do Veneno”, o apelido faz referência ao projeto, que a oposição chamou de “PL do Veneno”.

O relator do projeto Nishimori, disse: “Vocês que estão comendo aqui essa comida, essa alface, sabem que está tudo bem”. Ele agradeceu às entidades e aos parlamentares presentes. “Eu não bebo, mas hoje eu bebi bastante”, empolgou-se, erguendo a taça para um brinde. Foi aplaudido.

Alceu Moreira (PMDB-RS), afirmou “eles [os deputados da oposição] têm o maior público, e a gente sai como vilão. O agronegócio que coloca a comida na casa, no prato dos brasileiros, mas a gente não consegue fazer chegar a eles essa imagem”. Sobre as eleições Moreira afirmou que o país precisa de um “árbitro”, “alguém para dizer quem fala e quem cala a boca, quem prende e quem solta”, explicou. De acordo com o parlamentar, “a solução poderia vir desta frente”.

Entidades como Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja) e Instituto Pensar Agropecuário também estiveram no encontro. A conta ficou com um dos empresários presentes.



Atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, foi o relator original do projeto

Pé-de-meia: doleiros de Cabral detalham como faziam transporte de US\$ 500 mil

Os doleiros que trabalhavam para o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB), Cláudio Barbosa (também conhecido como Tony), e Vinicius Claret, depuseram pela primeira vez ao juiz federal Marcelo Bretas. Ambos fecharam acordo de colaboração com a justiça.

De acordo com os relatos feitos durante o depoimento na 7ª Vara Federal Criminal neta terça-feira (26), umas das formas utilizadas pelo doleiro Cláudio Barbosa para transportar remessas ilegais de dinheiro para o exterior era colocar até US\$ 500 mil em cada meia. Tony exerceu este tipo de atividade por mais de 10 anos.

Os doleiros confirmaram ao juiz Bretas que o ex-governador Sérgio Cabral, a construtora Odebrecht e o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo

Cunha, estavam entre seus clientes. Disseram ainda que o dinheiro de Eduardo Cunha era movimentado no sistema online dos doleiros na conta do economista e também doleiro Lúcio Funaro.

“O Eduardo Cunha era o Funaro que podia”, disse Claret.

“O Funaro, eu atendia ele como doleiro. Em certo momento, eu vi a placa com o nome do Eduardo Cunha e pedi para tirarem. Tenho certeza que era para o Cunha. Quando se tratava de Funaro, eu procurava saber se não era algo político que eu não estava sabendo”, afirmou Tony.

Funaro e outro doleiro, Vinicius Claret, conhecido como Juca Bala, declararam ter movimentado dinheiro do ex-governador em contas no exterior a partir de 2007, primeiro ano de Cabral no governo do Rio.

Os depoimentos confir-

mam a informação dada pelos irmãos e também doleiros Renato e Marcelo Chebar de que, a partir do momento em que o montante de propina arrecadada por Sérgio Cabral cresceu, foi necessário recorrer a remessas para o exterior.

“Temos um cadastro das operações e datas. Tinhamos um compliance pra saber a procedência do dinheiro”, afirmou Claret. Segundo os doleiros, existia uma espécie de código de conduta, chamada de compliance, para saber para quem seria enviado o dinheiro.

Marcelo Chebar e Tony foram presos no Uruguai em março de 2017. Em dezembro foram extraditados para o Brasil. Eles permanecem em prisão domiciliar desde quando fecharam o acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF).



Juíza defendeu prisão por conta da “movimentação de bilhões” na Dersa. Justiça mantém prisão de Laurence Casagrande, ex-presidente da Dersa

A juíza da 5ª Vara Federal de São Paulo, Maria Isabel do Prado, prorrogou a a prisão temporária de Laurence Casagrande Lourenço, ex-secretário de Transportes e Logística do ex-governador Geraldo Alckmin e ex-presidente da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário). Ele é o principal alvo da operação da PF que investiga desvio de recursos nas obras do trecho norte do Rodoanel Mário Covas.

Além de Casagrande, outros seis investigados também tiveram a prisão temporária prorrogada. Entre eles o ex-diretor da Dersa Pedro da Silva e o atual diretor da estatal paulista Pedro Paulo Dantas Amaral. Eles foram presos temporariamente, por cinco dias, na quinta-feira passada (21) e o prazo do esgotamento das temporárias se encerraria às 23h59 da segunda-feira.

A magistrada justificou que ainda será preciso ouvir as secretárias de Casagrande, e que por isso ainda há risco obstrução de justiça e de coação de testemunhas.

“Diferente das autoridades de investigação, os investigados já conhecem minuciosamente o teor de tudo o que foi apreendido, e, dada a gravidade dos fatos delitivos apurados na investigação, podem, se em liberdade, imediatamente dirigir condutas voltadas à destruição de provas ainda não alcançadas e coação de testemunhas cuja importância na oitiva pode ser revelada após as referidas análises”, destacou a magistrada.

“Ressalte-se novamente que a investigação cuida da apuração de crimes, em tese,

de organização criminosa envolvendo importante empresa pública do Estado de São Paulo, bem como cifras de movimentações financeiras de recursos públicos no patamar de bilhões de reais, tratando-se os alvos das investigações de pessoas de superlativo poder de influência econômico e político”, destacou a juíza.

“A prisão é necessária, sim, para garantir a proteção das provas ainda não produzidas pela autoridade policial e decorrentes de informações que devem ser obtidas após o competente exame pericial ou documental em curso”, afirmou Maria Isabel.

Aliado de longa data do ex-governador e pré-candidato à Presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin (PSDB), Casagrande é investigado sob suspeita de ter praticado crimes como: corrupção, organização criminosa, fraude à licitação, crime contra a ordem econômica e desvio de verbas públicas, em conluio de agentes públicos e empresários durante as obras do Rodoanel Viário Mário Covas - Trecho Norte.

Laurence assumiu a Dersa após denúncias de irregularidades cometidas na gestão de Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, na diretoria de engenharia da empresa. Atualmente, o ex-diretor é réu de outra ação penal movida pela força-tarefa da Lava-Jato em São Paulo. Preto foi preso duas vezes por determinação da 5ª Vara Federal: uma por suposta fraude na concessão de indenizações em obras da Dersa e outra acusado de coagir testemunhas de sua ação penal.

ESQUEMA

As obras contaram com recursos da União, do Governo do Estado de São Paulo e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e foram fiscalizadas pela Dersa.

“As obras são divididas em seis lotes, tiveram início em 2013 e ainda estão em andamento. Apurações do TCU - Tribunal de Contas da União e CGU - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União identificaram diversas irregularidades e superfaturamento de centenas de milhões de reais, por meio da celebração de aditivos contratuais desnecessários, visando a apropriação indevida de recursos públicos em prejuízo da União, do Estado de São Paulo e do BID”, afirmou a Procuradoria da República quando a operação foi deflagrada.

Segundo a Procuradoria “para maquiagem o sobrepreço adotou-se a prática de ‘jogo de planilhas’, expediente comum em fraudes a licitações com muitos itens contratados de forma global, em que o licitante oferece preço acima do mercado para alguns itens e abaixo da referência para outros, de modo a colocar-se artificialmente como menor preço global. Esse expediente é comum em fraudes às licitações”.

Os investigadores afirmam que o “TCU constatou superfaturamento na casa dos R\$ 33 milhões e manipulação proposital de quantitativos nos contratos, que acabaram por ocultar impacto financeiro consistente em acréscimos indevidos que somam mais de R\$ 600 milhões”.



Deputada Cristiane Dantas (PPL-RN)

RN: Cristiane Dantas defende a redução do preço do botijão de gás

A deputada estadual do Rio Grande do Norte, Cristiane Dantas (PPL-RN) criticou a atual situação de crise envolvendo a comercialização do gás de cozinha no estado, e defendeu o tabelamento e congelamento do preço do botijão de gás durante sessão plenária na Assembleia Legislativa nesta terça-feira (26).

“O assunto que eu hoje trago aqui é de interesse de todas as donas de casa do Rio Grande do Norte, que vem sofrendo com a alta desenfreada do preço do gás de cozinha. Faço esse pronunciamento aqui em consonância com a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) para exigir o tabelamento e o congelamento do preço do gás de cozinha a R\$ 55”, defendeu a deputada potiguar.

Cristiane relembrou que “desde janeiro de 2017, o bolso do povo vem sendo assaltado pelo governo Temer, que atrela o preço dos combustíveis e seus derivados ao dólar. Provocando aumentos exorbitantes da gasolina e do gás de cozinha, que afeta diretamente o bolso de todas as donas de casa”.

A deputada destacou o aumento do número de desempregados no país “cerca de 200 mil somente no Rio Grande do Norte e a cada dia só aumenta”. “Não contente com a miséria em que colocou o povo, Temer baixou a proposta de salário mínimo para 2019. De R\$ 1002, para pouco mais de R\$ 998”, disse.

Ela denunciou a escassez do gás de cozinha no estado e cobrou uma solução para a crise. “Hoje, tem botijão sendo vendido a R\$ 100, e ainda falta gás. O Ministério Público a pedido do sindicato dos revendedores abriu uma investigação sobre a falta de GLP no nosso estado. O governo federal esta provocando os caminhoneiros e toda a população ao não cumprir os acordos assumidos para acabar com a greve que parou o Brasil há cerca de 30 dias. E mesmo com esse movimento tendo cessado, ainda estamos enfrentando este problema da falta de gás”, continuou a deputada no pronunciamento.

O gás de cozinha dobrou de preço em apenas um mês, o diesel não teve o preço reduzido e a gasolina acumula alta na bomba. Além disso, não contente com a crise que colocou o povo, Temer baixou a proposta de salário mínimo para 2019. De R\$ 1.002,00 para pouco mais de R\$ 998.

“Em um mês o gás dobrou de preço, o diesel ainda não baixou os 46 centavos e a gasolina acumula alta na bomba”.

“O governo federal anuncia que a economia e a inflação estão sob controle, mas nas prateleiras de supermercado, a carestia só aumenta. Então é necessário reivindicar o preço justo a R\$ 55 com o tabelamento, congelamento e subsídio do gás de cozinha para todas as famílias jogadas ao desemprego, por este governo sem responsabilidade e sem compromisso com o povo potiguar”, convocou a deputada.

Múlti Laureate demite centenas de professores em prol da ‘Educação Flex’

A multinacional da área da educação Laureate iniciou mais uma onda demissões nas universidades que controla no Brasil. Segundo o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Sinpro), 94 docentes da Universidade Anhembi Morumbi, 66 na FMU e 20 no grupo FIAM/FAAM já foram demitidos.

As demissões dos professores têm está acontecido porque a Laureate optou em substituir disciplinas presenciais por disciplinas à distância. Este projeto do Grupo, controlado por fundos de investimento estrangeiros, tem sido chamado de “Educação Flex”.

Na próxima quinta-feira (28) acontecerá na Assembleia Legislativa de São Paulo uma audiência pública para tratar das demissões. A audiência é uma iniciativa do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) em parceria com o sindicato dos professores.

Essa conduta adotada pela Laureate não é novidade, só no ano passado ela demitiu 250 professores da FMU. Desde que chegou ao Brasil abocanhando universidades privadas, o grupo demite docentes para ampliar o ensino a distância, reduzir os custos e ampliar seus lucros.

“As reformas que o grupo Laureate tem realizado há anos na FMU, FIAM/FAAM e Anhembi Morumbi é um verdadeiro crime contra a educação. Sob a falácia da ‘modernização’ do sistema educacional, demitem professores e os substituem por aulas a distância sem qualquer preocupação com a qualidade”, criticou Guilherme Bianco, diretor de Extensão da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Ele relembrou a prática das multinacionais que controlam as universidades privadas brasileiras. “Reduzem a carga de aulas presenciais e aumentam as mensalidades de forma extorsiva, expulsando o aluno trabalhador da sala de aula. O que esse representante do capital especulativo tem feito é um verdadeiro afronte à educação e a nossa soberania nacional”, disse.

A sanha da Laureate é tanta que no fim do ano passado até a justiça foi acionada para barrar as demissões. Este caso foi no Rio Grande do Sul, onde a 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre suspendeu a demissão de 127 integrantes do corpo docente do Centro Universitário UniRitter, também controlado pelo grupo.

Embora a falta de compromisso com o ensino, os estudantes e professores, seja antiga nesse tipo de instituição privada, neste ano as demissões em massa começaram a se expandir, em especial por causa da reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro. A nova lei permite que os professores sejam recontratados através de regime intermitente (em que o trabalhador recebe equivalente às horas trabalhadas no mês), sem vínculo com a instituição.

De alma lavada, Brasil avança às oitavas e encara o México



Violência da PM contra manifestantes RJ: Crivella taxa aposentados em 11% e reprime protestos

Os vereadores do Rio de Janeiro aprovaram, nesta terça-feira (26), um projeto que permite a taxa de 11% da aposentadoria dos servidores do município. Enquanto ocorria a votação, mais de oito mil servidores municipais, em protesto contra a medida, foram recebidos pela PM com sprays de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha.

De acordo com a Lei Complementar 59/2018, os servidores inativos que recebem acima do teto estabelecido pelo INSS, que é de R\$ 5.645,80, deverão ter 11% de seu benefício engolido pelas ambições do prefeito carioca Marcelo Crivella (PRB). Dos mais de 80 mil servidores municipais aposentados, cerca de 8.700 sofrerão com a medida. Na votação, que aconteceu somente após duas séries de discussões, 28 vereadores foram favoráveis, enquanto 20 foram contrários.

Segundo o vereador Tarcísio Mota (PSOL), “o projeto é um ataque aos direitos dos servidores. Ele está sendo aprovado com a mentira de que irá ajudar no reequilíbrio da previdência. Isso só será possível graças ao pagamento das dívidas que a prefeitura tem com o fundo de previdência. A taxa é a simples intenção do prefeito Crivella de atingir os servidores”.

Para conseguir aprovar o projeto, a Câmara teve de impedir a entrada da imensa maioria dos manifestantes no local, utilizando a força de policiais dentro do plenário durante parte da votação. Os que ficaram de fora não deixaram um minuto sequer de gritar palavras de ordem, nem mesmo quando foram covardemente atacados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro com bombas de efeito mora, spray de pimenta, balas de borracha, etc. Vários manifestantes ficaram feridos, inclusive alguns sendo encaminhados a hospitais para curar os ferimentos.

Em março, Marcelo Crivella já havia alterado parte das regras das aposentadorias de forma a prejudicar os trabalhadores. O prefeito derrubou um decreto que vigorava desde 2003 e determinava que as aposentadorias deveriam ser equivalentes ao último salário recebido na ativa. Agora, o cálculo será de 80% dos maiores salários. Isso afeta diretamente quase nove mil aposentados. A regra só valerá para aqueles que se aposentaram de março em diante, sendo os demais recompensados através de uma pensão.

Caminhoneiros reivindicam no Senado preço mínimo de frete

Os caminhoneiros defenderam nesta terça-feira, 26, durante audiência pública realizada no Senado, o estabelecimento do valor mínimo para o frete da categoria – medida que foi conquistada após a greve realizada no mês passado e que vem sendo descumprida pelas contratantes.

Após a mobilização dos caminhoneiros, a categoria conquistou o estabelecimento do piso e também a redução do diesel, como parte do acordo para o fim do movimento. Até o momento, nada foi cumprido. Além da tentativa de atropelar o piso do frete por parte do setor do agronegócio, a redução de R\$ 0,46 prometido pelo governo ainda não chegou às bombas.

Durante a audiência, dirigentes caminhoneiros denunciaram o descumprimento do acordo, estabelecido em lei através de três Medidas Provisórias. Jair Bottego, presidente do Sindicato dos Transportes Autônomos de Carga do Sudeste do Paraná, apontou que “nós estamos tendo muita dificuldade ainda em conseguir fazer com que se cumpra essa lei, imagina [sem ela]. Acabamos sendo explorados por alguém do negócio, que envolve o agro e o transporte. (...) No Brasil de hoje, quantas pessoas

não estariam ganhando menos do que o salário mínimo se não existisse uma lei que garantisse?”, questionou o dirigente.

“O piso mínimo de frete traz dignidade. E como se fosse o salário mínimo: vai trazer a dignidade para eu consentar o meu caminhão, levar o dinheiro para a minha família, botar comida em casa. Então, gostaria que colocassem a mão na consciência”, completou o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes.

O presidente do Sindicato dos Transportes Autônomos de Cargas de Ijuí, no Rio Grande do Sul e vice-presidente da CGTB, Carlos Alberto Littti Damer, afirmou que piso mínimo para o frete é uma reivindicação da categoria desde 1999 e defendeu a constitucionalidade da tabela.

Também participaram da audiência representantes do Sindicato dos Transportes Autônomos de Carga do Sudeste do Paraná, apontou que “nós estamos tendo muita dificuldade ainda em conseguir fazer com que se cumpra essa lei, imagina [sem ela]. Acabamos sendo explorados por alguém do negócio, que envolve o agro e o transporte. (...) No Brasil de hoje, quantas pessoas

Fotos: CBF



Com futebol seguro e bonito de se ver, Brasil bateu a Sérvia por 2 a 0



Paulinho abriu o placar para a seleção brasileira com gol de cobertura

Alemanha mantém tradição e é eliminada pela Coreia do Sul na primeira fase da Copa

A seleção alemã foi derrotada pela Coreia do Sul na partida desta quarta-feira, 27, e está eliminada da Copa do Mundo da Rússia. É a primeira vez que os alemães caem ainda na fase de grupo da competição.

A Coreia do Sul surpreendeu o público e encerrou a partida com 2 a 0 contra a atual campeã do mundo, que acabou na última colocação do grupo F, consolidando o maior vexame de sua história em copas.

O jogo foi tenso, com gols marcados já no final da partida. A equipe coreana teve boas oportunidades no primeiro tempo, mas o destaque ficou com o goleiro Cho Hyun-Woo que defendeu uma cabeçada de Goretzka de forma impressionante.

Quando o final do jogo se aproximou, o desespero da equipe alemã foi tangível, e sobrou para os coreanos marcarem – aos 48 minutos



Coreanos venceram Alemanha nos acréscimos do segundo tempo, Kim Young-Gwon marcou após disputa na área.

Ainda na prorrogação, com a Alemanha sensivelmente abalada, a tão “elogiada” ação do goleiro Neuer, de jogar também no ataque, foi a perdição dos europeus: houve um rebote e a bola sobrou no meio de campo, Son Heung-Min arrancou e com o gol vazio

selou a vitória coreana.

O resultado, vale lembrar, contribui com a história de “maldição” recente dos campeões: quem ganha uma copa perde a seguinte na primeira fase. Foi assim com a França em 2002, Itália em 2010, Espanha em 2014 e, agora, Alemanha em 2018 – só quem ficou imune foi o Brasil. Será um sinal?

Governo do Paraná oferece apenas 1% de reajuste após 3 anos de salário congelado

Representantes dos servidores públicos do Poder Executivo do Paraná estão acampados na sede do Governo, em Curitiba, contra a proposta de reajuste salarial de 1%, desde a última segunda-feira (25). Os servidores estão em vigília na Praça Nossa Senhora de Salette e prometem intensificar a mobilização.

Os trabalhadores pedem que o reajuste seja equivalente ao das demais categorias do funcionalismo público do estado (Legislativo, Judiciário, Tribunal de contas, MP e Defensoria Pública), cuja proposta que tramita da Alep (Assembleia Legislativa do Paraná) é de 2,76%, índice que cobre a inflação dos últimos 12 meses.

Desde 2016 os servidores não possuem reajuste salarial, quando o então governador Beto Richa (PSDB) congelou os reajustes até 2019. A atual governadora, Cida Borghetti (PP), prometeu pôr fim ao congelamento, mas não che-

gou nem próximo de uma medida que contemplasse os anseios da categoria.

Ao invés de elevar o índice de reajuste, o governo está pressionando para que os demais poderes reduzam o índice ao mesmo 1%, alegando que um índice menor garantiria o repasse à União R\$ 1,9 bilhão, como parte da dívida estadual.

O secretário da Fazenda, José Luiz Bovo, justifica que a falta de dinheiro e a preocupação com a Lei de Responsabilidade Fiscal impedem que o governo atenda as reivindicações. Já

os trabalhadores rebatem em nota que se o “Estado pagasse o acumulado dos últimos 12 meses (2,76%), ficaria ainda longe de esbarrar nos limites jurídicos e fiscais da Lei.”

Deputados estaduais retiraram o projeto de pauta para que pudessem ter mais tempo de diálogo entre os servidores e o Governo. Deputados como Marcio Pacheco (PPL) e Tadeu Veneri (PT) buscam fazer a ponte entre os trabalhadores e o governo para se chegar à reposição integral da inflação (2,76%).



Deputado Marcio Pacheco media negociações

Em dia de derrota da Alemanha, seleção do Brasil vence Sérvia e avança na Copa

Com uma atuação segura, integrada e um futebol bonito de se ver, a seleção brasileira venceu o jogo contra a Sérvia por 2 x 0, nesta quarta-feira. A vitória, que veio logo após a eliminação da Alemanha pela Coreia do Sul, lavou a alma do brasileiro que comemorou em dobro. Com o resultado, o Brasil assumiu a ponta do Grupo E, e agora irá enfrentar a seleção do México nas oitavas de final.

O time passou confiança à torcida e deixou o sonho do hexacampeonato da Copa do Mundo ainda mais vivo para os brasileiros e também do técnico Tite, que como um bom brasileiro disse que tomaria uma caipirinha para comemorar a classificação. “Aparentemente [estou] em paz. Vou tomar caipira hoje, eu vou, eu me permito”, disse o treinador rindo. “A gente trabalha um pouquinho com o fiel da balança. Copa do Mundo são relações humanas, e eu tenho que sentir como se estabelecem o vestiário, os atletas, a alegria, o orgulho. Se está pilhado, joga para menos. Se está pouco, joga para mais”, afirmou Tite, em entrevista coletiva à imprensa após o jogo.

A tensão do jogo decisivo não atrapalhou os jogadores, muito pelo contrário. O time de Tite buscou controlar o jogo e abriu o placar ainda no primeiro tempo, após lançamento certo de Philippe Coutinho para Paulinho, que sem deixar a bola cair, com o bico da chuteira, encobriu o goleiro sérvio.

“A gente vai crescendo ao decorrer da competição. O mais importante é que fizemos um jogo seguro, tranquilo, com confiança para fazer o resultado e passar para uma etapa importante, pois passamos

a primeira fase”, disse o meia Paulinho.

Aos nove minutos, Marcelo precisou ser substituído após sentir um espasmo na coluna, em uma tentativa de arrancada. Filipe Luís entrou na partida e teve participação positiva no jogo.

Na segunda etapa, a seleção da Sérvia até tentou esboçar alguma reação, mas a defesa brasileira marcou bem. Os defensores brasileiros venceram os gigantes sérvios nas jogadas aéreas, que iam em direção do gol de Alisson, e quando foi preciso, a zaga se juntou ao ataque para balançar a rede. Neymar cobrou o escanteio, e Thiago Silva subiu para fechar o placar (2 x 0). “Conseguimos achar uma bola que a gente vem treinando muito com o Neymar na primeira trave, e hoje fomos felizes [com esta jogada]”, disse.

Diferente do último jogo, Neymar, sem dores, jogou solto e mostrou garra durante toda a partida. Com tabelas e toques rápidos, quase ampliou. Com o Brasil ainda pressionando, aos 37 minutos, Willian avançou pela direita, cruzou para o meio, e Neymar apareceu sozinho para finalizar na área.

Na próxima segunda-feira (2), em Sâmara, às 11h no horário de Brasília, a Seleção Canarinho enfrentará o México, que se classificou em segundo lugar no grupo F, mesmo após ter perdido de 3 a 0 da Suécia. A classificação dos mexicanos nas oitavas finais foi garantida pela Seleção da Coreia do Sul que, mesmo eliminada, fez dois gols na seleção da Alemanha, mandando-a para a última colocação do grupo F, com apenas 1 pontinho conquistado nesta Copa. Já a Suécia enfrenta a Suíça, que se classificou em segundo lugar no grupo E, após empatar com a Costa Rica.

Ministro diz que assédio à mulher russa “não passou de bobagem”

O ministro do Turismo de Temer, Vinicius Lummertz, classificou os casos de assédio praticados por torcedores brasileiros, na Copa do Mundo na Rússia, como “bobagens”, já que, segundo ele “não morreu ninguém”.

Um dos casos de assédio ao qual se refere o ministro é o vídeo que rodou pelas redes sociais e trazia um grupo de homens incentivando uma mulher russa a gritar palavras em português referindo-se ao órgão sexual feminino.

Segundo Lummertz, quem realizou o ato fo-

ram “pessoas abobadas que estão passando vergonha”, disse nesta terça (26), em Moscou.

Em entrevista à repórter Luiza Oliveira, do portal UOL, Lummertz disse que “a repercussão foi grande por causa das redes sociais, não pelo fato em si. Porque não morreu ninguém, ninguém foi assassinado. Perante o mundo real, eu entendo o simbolismo, mas o simbolismo não representa nada estatisticamente”, disse o representante de Temer, que está na Rússia para uma ação da Embratur.

Sem acesso à justiça gratuita, ações trabalhistas caem 41% após reforma

Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostram que nos primeiros seis meses de vigência da reforma Trabalhista, o número de ações trabalhistas são 41% inferiores ao mesmo período do ano anterior. Isso se dá, principalmente, pelo medo instaurado com as novas regras, que favorecem o patrão em detrimento do trabalhador.

Algumas determinações da reforma visam amedrontar o trabalhador antes mesmo que ele entre com uma ação na Justiça. Com a lei de Temer, a parte perdedora deverá pagar todos os custos honorários e advocatícios, o que, evidentemente, favorece aqueles que têm condições de pagá-los com tranquilidade, ou seja, os patrões. Além disso, foi restringido o acesso à Justiça gratuita somente aqueles que recebem menos de dois salários mínimos.

As regras impostas pela reforma Trabalhista começaram a valer no dia 11 em novembro de 2017. A partir de então, a diminuição no número de ações aconteceu de forma vertiginosa. A queda mais escandalosa aconteceu na comparação entre dezembro de 2018 e 2017: 55,3%. A média mensal de ações, coletivas ou individuais, que antes da reforma era de 200 mil, nos seis primeiros meses das alterações foi de 127 mil.

Segundo José Márcio Camargo, professor da PUC-RJ, nas ações pós-reforma, o número de pedidos de indenizações por danos morais e insalubridade caiu de 70 mil a 80 mil por mês para 15 mil a 20 mil, por serem mais difíceis de serem comprovados.

No dia 21 o TST decidiu que todas essas alterações somente servirão para ações ajuizadas após a vigência da reforma.

“O saque à Pemex é uma tragédia. Suspendemos a entrega do nosso petróleo”, afirma Obrador

“É uma tragédia o que está acontecendo com a indústria petrolífera nacional. A Pemex é das empresas mais saqueadas do mundo por traficantes de influência, por políticos corruptos”, declarou Andrés López Obrador (AMLO), candidato a Presidência do México pela coalizão Juntos Faremos História – integrada pelo movimento Morena, Partido do Trabalho e Encontro Social.

“Estou absolutamente convencido de que privatizar o petróleo é trair a Pátria. É preciso chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome”, acrescentou.

“O México e seu povo não vão ser massa de manobra de nenhum governo estrangeiro”, assegurou AMLO, exigindo respeito do presidente estadunidense Donald Trump, que ameaçou por o exército americano na fronteira, eliminar um acordo comercial, reprimir os imigrantes e, para isso, levantar um muro entre ambos países.

“Reiteramos que os problemas sociais não se resolvem com muros nem com a militarização da fronteira, mas com desenvolvimento e bem-estar”, frisou, reafirmando seu compromisso de acabar com a corrupção, a impunidade e defender a soberania do país.

López Obrador, candidato nas eleições que serão realizadas no próximo 1º de julho, tem 49% das intenções de voto, segundo a última pesquisa nacional realizada pela consultora Varela y Asociados, publicada na terça-feira, 26 de junho. Em matéria na revista Proceso, ele sublinhou que seu compromisso é suspender a entrega a multinacionais dos campos petrolíferos em terra e águas rasas, assim como toda ação que implique na privatização petrolífera e elétrica.

Além disso, reiterou sua determinação de “deixar de comprar gasolinas no estrangeiro. Isso será assim porque serão reabilitadas as seis refinarias existentes, paralisadas por uma política antinacional, e serão construídas outras duas grandes”. Disse que estas últimas serão edificadas, uma na localidade de Atasta, município de Carmen, Estado de Campeche, e a segunda no porto Dos Bocas, em Paraíso, Estado de Tabasco. “Não vamos mais vender petróleo cru ao estrangeiro. Vamos processar toda a matéria prima em nosso país para baixar o preço dos combustíveis”, enfatizou. López Obrador destacou que não existe nenhuma justificativa para que a gasolina esteja mais cara que nos Estados Unidos, e inclusive do que em outros países, como a Guatemala, que não tem petróleo.

O México realizará uma eleição que está sendo qualificada pelos observadores como a maior da história. Serão eleitos o presidente, 128 senadores, 500 deputados, 9 governadores estaduais, incluído o prefeito da Cidade do México, 928 deputados estaduais em 27 Assembleias regionais, e milhares de cargos locais. 90 milhões de mexicanos têm direito a se pronunciar em um total de 150.000 urnas eleitorais.

A coordenação da coalizão Juntos Faremos História alertou para a violência que tem se abatido sobre as eleições. Ao menos 132 políticos foram assassinados no país desde o dia 8 de setembro de 2017, quando começou a campanha.

O diretor do Centro de Informação da ONU para o México, Cuba e República Dominicana, Giancarlo Summa, assim como Organizações da Sociedade Civil (OSC), que integram o Fundo de Apoio à Observação Eleitoral (FAOE), advertiram que a violência política atingiu níveis nunca antes vistos e representa um dos desafios que o país enfrenta no processo eleitoral.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (12)

Continuação da página 8

Este é o ideal de democracia do neoliberalismo: o estelionato eleitoral – enganar as pessoas para que um minúsculo punhado de parasitas financeiros possa se apropriar, crescentemente, do produto do trabalho daqueles a quem enganaram.

Não por acaso o guru econômico tucano ficou tão extasiado diante do estelionato eleitoral de Dilma: ela conseguira bater o recorde estabelecido pelo estelionato eleitoral de Fernando Henrique em 1998, quando a “estabilidade” tucana explodiu três meses depois das eleições.

Como não há problemas no estelionato, como o estelionato “faz parte do jogo”, Dilma caiu um ano e cinco meses após tomar posse em seu corrupto e mentiroso mandato – ou, se o leitor quiser, Dilma caiu um ano e cinco meses após tomar posse em um mandato obtido pela mentira e pela corrupção.

Quando ao avacalhamento das instituições – especialmente o “processo político democrático”, referido pelo juiz Moro – basta olhar o Congresso atual: ele é um Congresso formado pelo PT e pelos aliados do PT para reeleger Dilma, sem nenhuma espécie de moral, ética ou escrúpulo.

Para não falar, por óbvio, no seu vice-presidente (em duas eleições), Michel Temer. Ou no ministro da Fazenda deste, Henrique Meirelles, presidente do Banco Central de Lula.

MANCHA

É evidente, nesse quadro, como a adesão ao neoliberalismo, do PT e de outras tendências – supostamente “de esquerda”, no mundo – conduziu ao afogamento na mentira e na corrupção.

O que é, por exemplo,

Daniel Ortega, na Nicarágua, senão um traidor pertencente a essa cepa?

Porém, vejamos, mais um pouco, como se apresenta essa questão especificamente aqui, no Brasil.

A tentativa de, à luz do dia, livrar criminosos – que assaltaram a Petrobrás, os fundos de pensão das estatais, e jogaram em uma vala o sistema eleitoral do país – é um claro sinal de tempos em que a derrocada ética é tão brutal, que tenta apresentar-se, mesmo, como o seu inverso.

Assim, apesar de todas as provas, em milhares de documentos – e depoimentos, que também são provas, sobretudo quando convergem –, quanto à culpabilidade de Lula, seus asseclas e ele próprio apresentam como culpado o juiz Moro, que apenas o condenou de acordo com a lei, ou os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que fizeram o mesmo.

Sejamos bastante singelos, pois não há necessidade, aqui, de grandes complicações: que crime o juiz Sérgio Moro cometeu?

Por algum acaso, ele recebeu, de maneira embaçada, um triplex à beira de uma aprazível e valorizada praia, como propina, passada por uma empreiteira?

Será que Moro teria se apropriado, através de prepostos, de algum sítio ou chácara, reformado por três empreiteiras, com dinheiro descontado das contas de propina?

Ou o juiz paranaense, em algum momento, permitiu ou fez acerto para que saqueassem, em bilhões de reais, a principal propriedade do povo brasileiro, a empresa mais estratégica, mais popular – e com maior fama (aliás, justa) de eficiência, e, até então, de rigor, de honestidade, da História do País?

Foi o juiz Moro que

Carlos Mejía Godoy, cantor e compositor sandinista:

“Canto contra o crime e a desgraça na Nicarágua”

O autor do hino da Unidade Sandinista, que exalta o povo como “dono de sua história e arquiteto de sua libertação”, denuncia que seu país vive “um verdadeiro pesadelo” e exige que Ortega “vá ao banco dos réus”

Um dos mais relevantes cantores e compositores nicaraguenses, Carlos Mejía Godoy, denunciou que, com a multiplicação de mortos, feridos, presos e desaparecidos pela repressão orteguista, seu país está vivendo “um verdadeiro pesadelo, do qual gostaria de despertar”. “Cada manhã que me levanto, invoco ao Senhor e lhe peço que não amanheça um morto a mais nas ruas, um desaparecido, um ferido à bala. Estou farto de tanta miséria humana, de tanto crime e de tanta impunidade”, acrescentou.

O célebre cantautor que exaltou com “Nicarágua, Nicaragueta” a Pátria como “a flor mais linda do meu querer” – impulsionando a revolução popular sandinista após a derubada da ditadura pró-EUA de Anastácio Somoza (1936-1979) –, condenou a gravíssima crise política, social e moral em que se vê mergulhado o país pela corrupta política neoliberal de Daniel Ortega e Rosario Murillo, presidente e vice, marido e mulher. Nas palavras de Mejía Godoy, “uma réplica sórdida da tirania dos Somoza” responsáveis pela “tragicomédia mais vergonhosa dos últimos anos”.

Mejía Godoy acredita ter “renascido” quando os protestos contra o corte no orçamento da educação, o rebaixamento do salário dos professores e das aposentadorias ganharam as ruas, porque acreditava que “jamais ia voltar a canções de luta política, contra o crime,

contra a desgraça de nosso povo”. Neste instante, assinalou, “me sinto mil vezes mais comprometido com o meu país”. “A resistência pacífica”, acredita, “é muito dolorosa, mas eficaz”, citando “Monimbó, siempre con vos”, sua última produção musical, que exalta a luta atual da cidade de Masaya, foco da resistência aos desmandos da dupla.

Um informe apresentado pela Associação Nicaraguense pró-Direitos Humanos indica que ao menos 285 pessoas morreram e mais de 1.500 ficaram feridas entre 18 de abril e 25 de junho.

Na semana passada, acompanhado de mães e avós que buscam desesperadas pelos filhos presos, bem posicionado no portão principal da penitenciária de Chipote, o músico de 75 anos também se solidarizou com o “companheiro de canto” Milciades Pavon, músico fundador do grupo Palacaguina, cujo gênero Joel Moraga foi detido em casa, de forma arbitrária e violenta. Depois de uma semana, nenhuma informação havia chegado aos familiares a respeito da situação de Moraga, nem sequer sobre o teor da acusação.

ALVARITO CONRADO

Em frente ao cárcere, o músico interpretou vários de seus clássicos como “Vivirás Monimbó” e também temas novos inspirados na luta atual, como “Madres de Abril” e “Soy Alvarito Conrado”, que homenageia um dos adolescentes vítimas da repressão.

Alvaro Conrado acabava de completar 15 anos, era músico, atleta e queria ser advogado, e tão somente levava água aos universitários que se concentravam na Catedral quando teve sua vida ceifada pelo regime orteguista. O governo não só mandou disparar a bala, como negar o socorro no hospital, conforme foi fartamente denunciado. Como se fosse o próprio Alvarito, Mejía Godoy reforça na canção: “Escutei já moribundo que os médicos de turno me deixariam morrer, enquanto eu sangrava os sepulcros me negavam o direito de viver”. Assim, “no azul de meu céu, empreendi meu eterno voo e lhes posso assegurar que aqui desde esta estrelinha te verei, Nicaragueta, conquistar tua liberdade”. E arrematava, confiante na vitória: “Sou Alvarito Conrado, meu sangue não foi em vão, vem um futuro melhor, não me tenham jamais por morto, estou vivo e ressuscitado em cada raio de sol”.

Ignorado pelos guardas, o cantautor elevou o tom: “Quero saber se Joel Moraga está vivo, se ele existe, tenho direito como cidadão de saber se está aqui”. “Tem os nos desumanizado, me sinto indefeso neste país. De que serve ser amigo de pessoas, ser conhecido? Nos agridem, nos prendem, nos matam”, disse consternado. Para o renomado militante cultural sandinista, Daniel e Rosário deveriam “ao menos pôr a mão na consciência e pensar que estes jovens poderiam ser seus



Compositor (centro) canta, solidário a detidos por Ortega, diante da penitenciária de Chipote

filhos ou de sua família”.

“Eu sei que com as canções não vamos poder mudar, porém simplesmente elas se unem aos meninos que estão nas barricadas, às mães que estão aqui em El Chipote, esperando que deem liberdade aos seus filhos. Esta é nossa modesta quota, ela está e sempre estará aqui, ao lado dos humildes, ao lado dos que sempre põem os mortos”, frisou.

Entre suas muitas canções que embalaram a luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) contra Somoza está “Quincho Barrilete”, que lhe deu fama internacional quando ganhou o Festival Iberoamericano da Canção de 1977.

Autor do hino da Unidade Sandinista, que exalta o povo como “dono de sua

história e arquiteto de sua libertação”, ele disse que ao contrário da dupla Daniel-Rosario, que ocupa o governo, está coerente com sua trajetória. “Sigo sendo sandinista. Uma vez eu disse: me retirei do partido, porém não vou jamais me retirar dos princípios”, sublinhou, condenando Ortega e os que traíram a história de Carlos Fonseca e de tantos dirigentes e militantes que entregaram a vida à causa da liberdade e da independência. Qualificando o conflito atual como “um verdadeiro apocalipse na Nicarágua”, o cantautor enfatizou: “no seu momento vamos sentar no banco dos réus os responsáveis por este massacre”.

LEONARDO SEVERO

manchou o seu currículo e tentou manchar a história da Petrobrás, através do roubo?

O leitor sabe a resposta a essas perguntas. Fazê-las, aqui, é um meio de explicitar o problema ético que estamos examinando.

Pois, a súbita descoberta do PT – repetida por seus papagaios – de que Moro é um “agente do imperialismo norte-americano”, não é apenas absurda, oportunista e cretina.

Desde quando Lula ou o PT se incomodaram com o imperialismo norte-americano?

Será que foi quando nomearam o ex-presidente do BankBoston, Henrique Meirelles, recém-eleito deputado pelo PSDB, para a presidência do Banco Central?

Ou quando o então ministro favorito de Lula, Antonio Palocci, anunciou que estava pagando **anticipadamente, antes que vencesse**, uma dívida com o FMI de **US\$ 15,5 bilhões** (quinze bilhões e 500 milhões de dólares), com o compromisso de continuar executando no país, precisamente, a política do FMI?

Ou foi quando Lula, no dia 15 de dezembro de 2003, telefonou a Bush para congratulá-lo pela “captura” de Sadam Hussein?

Esta última façanha é, também, uma demonstração do caráter – isto é, da falta de escrúpulos – de Lula.

Quando do assassinato de Sadam, a 30 de dezembro de 2006, um crime que até mesmo a mídia dos EUA não conseguiu digerir, Lula fez um lamento pela morte do presidente iraquiano, sem mencionar, obviamente, as suas congratulações a Bush, três anos antes.

No dia 20 de dezembro do ano passado, em entrevista coletiva na sede do Instituto Lula, ele disse o seguinte:

“Eu às vezes tento ficar encontrando um roteiro de processo para comparar com o meu e o mais forte que vem à minha cabeça é o da invasão ao Iraque. O Bush sabia que era mentira, que o Iraque não tinha arma química. O Tony Blair sabia que não tinha e inventaram uma mentira, sustentaram uma mentira e conseguiram fazer a invasão de um país por conta de uma mentira. Invadiram um país há 15 anos e cadê a arma química?”

Nenhuma autocritica por ter cumprimentado Bush quando da prisão de Sadam.

Pelo contrário, Lula continuou:

“Arma química era o próprio Sadam Hussein. E o Sadam é outro exemplo que eu dou. Ele contou por tanto tempo mentira para o povo e ele gostava que o povo soubesse que ele tinha arma de destruição em massa. Ele adorava blefar, vendia isso e ele acreditava na própria mentira. Ele não teve coragem de dizer: ‘chama a agência internacional que controla arma de destruição em massa e dizer que não tem’. Ele não teve coragem. Preferiu ser encontrado dentro de um buraco como se fosse um rato do que ter a dignidade de dizer para o povo que mentiu.”

Quando foi que Sadam disse para o povo iraquiano, ou para qualquer outro povo, incluindo o povo norte-americano, que o Iraque possuía “armas de destruição em massa”?

Esta é, exatamente, a versão atual do establishment norte-americano, segundo a qual o culpado da invasão do Iraque foi Sadam, que os enganou, fazendo-os crer que possuía armas de destruição em massa.

Sadam jamais disse tal coisa. Pelo contrário, o presidente iraquiano abriu o país para que as agências internacio-

nais comprovassem que não existiam armas de destruição em massa no Iraque.

Essas agências foram obrigadas a sair do Iraque, depois que Bush declarou que ia atacar o país. Foi Bush, não Sadam, quem impediu essas agências de continuarem no Iraque.

Lula, portanto, está apenas repetindo a propaganda da CIA – transmitida por alguns seriados americanos, onde essa versão sobre a invasão do Iraque tem aparecido frequentemente.

O mentiroso, que até acredita na própria mentira, não é Sadam. Nem o covarde. Quanto ao rato, não foi Sadam que bajulou Bush, na hora de seu maior crime – e agora, somente para fugir da punição por seus próprios crimes, acusa o juiz Moro de ser um agente do imperialismo norte-americano.

ESPOLIAÇÃO

Somente para ser justo – sempre é necessário ser justo – é verdade que o governo Lula afastou a Alca, a tentativa, aceita pelos tucanos, de tornar a economia brasileira, oficialmente, um apêndice da economia norte-americana.

Mas fez isso – ou se submeteu a isso – de outra forma: ao invés de aderir a um acordo externo sob tacão norte-americano, aumentou, com a alta taxa de juros de Meirelles & cia., a participação dos monopólios norte-americanos diretamente dentro do país.

Sob Lula e Dilma a economia foi desnacionalizada – ainda mais do que tinha sido sob Fernando Henrique.

E o que explica o estoque de “investimento direto estrangeiro” (IDE) – isto é, o dinheiro estrangeiro aplicado em empresas – que **quintuplicou** (às vezes, sextuplicou) entre 2000 e 2015. Os dados abaixo são dos Censos de Capitais Estrangeiros do Banco

Central:

ESTOQUE DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO:

1995: US\$ 41,696 bilhões;
2000: US\$ 103,015 bilhões;
2005: US\$ 162,807 bilhões;
2010: US\$ 587,209 bilhões;
2011: US\$ 590,495 bilhões;
2012: US\$ 616,258 bilhões;
2013: US\$ 573,745 bilhões;
2014: US\$ 550,635 bilhões;
2015: US\$ 518,116 bilhões.

[NOTA: Os dados do BC, até 2010, são quinzenais. Depois, são anuais. Aqui está computado apenas o investimento direto estrangeiro que entrou sob a forma de participação no capital de empresas. Não está computado o investimento direto sob a forma de “operações intercompanhias”, ou seja, empréstimos entre matrizes e filiais de empresas estrangeiras, cujo estoque o Censo do BC somente registra a partir de 2010 (esse estoque de dinheiro estrangeiro proveniente dessas operações duplicou entre 2010 e 2015, indo de US\$ 95,137 bilhões para US\$ 205,711 bilhões).]

A maior parte desse dinheiro teve como origem os EUA – ou diretamente ou como “investidor final”, passando por outros países (o exemplo mais evidente dessa última forma de entrar no Brasil é o dinheiro norte-americano que entra via Holanda, aliás, “Países Baixos”).

Essa política de submissão ao “investimento direto estrangeiro” teve como resultado a desnacionalização de 2.446 empresas brasileiras entre 2004 e 2016, com a perda de controle nacional em setores dos mais importantes da economia (cf. KPMG, **Pesquisa de Fusões e Aquisições**, de 2004 a 2016).

Como consequência, a média das remessas anuais para o exterior **triplicaram** durante os governos do PT, em relação ao lastimável governo do PSDB; as remessas es-

pecificamente por conta do “investimento direto estrangeiro” (sobretudo lucros e dividendos declarados oficialmente) aumentaram em +474,29%; e as remessas oriundas de ganhos com papéis financeiros aumentaram em 103,53%.

PARA TRÁS

É óbvio que, quando Lula e outros tentam se colocar acima da lei, se colocam contra os direitos que a burguesia conquistou há mais de 200 anos.

Portanto, estão mais perto do feudalismo que do capitalismo daquela época. A busca do privilégio é, precisamente, o seu aspecto mais escandaloso (a “liberdade de roubar”, mas não para todos, bem entendido, caso contrário, não haverá de quem roubar...).

É isso o que faz com que a atitude do juiz Moro seja muito mais progressista que a de Lula, independente das opiniões políticas de Moro sobre outras questões.

Na verdade, aqui temos uma confluência entre a antiga ideologia burguesa – aquela expressa pelos ideais da Revolução Francesa – e a ideologia de uma sociedade futura, em que os direitos, antes **formais** – parcial ou totalmente – tornam-se **reais**.

Não se trata de algo inédito na História.

Há muito, considerava-se Tácito, o historiador romano, um reacionário. O motivo era sua evidente nostalgia dos valores da república romana, que a ascensão de Otávio Augusto encerrara em 27 a.C., e sua quase ojeriza pelo patriciado romano – classe a que pertencia – durante o império.

No entanto, Tácito, com os valores antigos que defendia, é muito mais progressista que, por exemplo, os bajuladores de Nero – cujos nomes estão hoje, com algumas exceções, no sepulcro da História.

Um caso inverso ao de Tácito é Michel Foucault. Continua na próxima edição

17 Estados processam Trump para reunir as famílias de imigrantes



Mike Pence, vice-presidente dos EUA

Vice Pence vem ao Brasil, ameaça imigrantes e não se desculpa por prisão ilegal de crianças brasileiras

Ao invés de chegar ao Brasil pedindo desculpas por seu governo manter no cativeiro, contra a lei internacional e os direitos humanos, pelo menos 51 crianças brasileiras – além das mães –, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, resolveu abrir a boca para ameaçar brasileiros para não tentarem entrar nos EUA. “Se não podem vir legalmente, não venham”, afirmou.

Na última semana o mundo se chocou com as fotos de crianças mantidas em gaiolas de arame, e que haviam sido separadas forçosamente de seus pais e mandados para abrigos distantes, enquanto a família ficava encarcerada no Texas. Do “fundo do coração” – asseverou – Pence recomendou para não arriscarem a vida por trilhas de contrabando ou tráfico. Ainda mais com uma gaiola de arame esperando.

Na semana passada, o Itamaraty havia solicitado ao embaixador americano em Brasília esclarecimento sobre como seriam as liberações das crianças, inclusive alertando para “reações de inconformidade e angústia” por parte do governo e da sociedade brasileira, “que expressam sua solidariedade às famílias que estão passando por essa dor incontornável”.

Na reunião com Pence, todo solícito Temer ofereceu para mandar um avião brasileiro para trazer as crianças de volta, se não for incômodo para Washington.

Reconciliação: Pyongyang e Seul agendam reunião de famílias apartadas pela guerra

Pyongyang e Seul concordaram com a realização de uma nova rodada de reencontros familiares entre os dias 20 e 26 de agosto. A medida reunirá 100 pessoas de cada lado da fronteira, e será a primeira ocorrida nos últimos três anos.

“O mundo inteiro está maravilhado com os incríveis progressos entre o norte e o sul”, afirmou Pak Yong-il, líder da delegação da Coreia Popular durante a reunião ocorrida na sexta-feira (22). Durante o encontro, realizado no norte, no Monte Kumgang, Pak afirmou que “se nos separarmos severamente do passado infeliz e adquirirmos uma mentalidade forte para os novos tempos, a cooperação humanitária entre norte e sul florescerá”.

No mesmo sentido, Park Kyung-seo, líder da delegação da Coreia do Sul e presidente da Cruz

Vermelha do país, disse ter esperanças de que as recentes conversações possam “resolver a dor da nossa nação”. Para as autoridades do país, estes reencontros familiares constituem uma “questão humanitária e de direitos humanos”, já que muitas destas pessoas estão com idade avançada, superior aos 80 anos.

Ao todo, entre os anos de 1958 e 2015, cerca de 20 reencontros familiares foram promovidos. Segundo uma estimativa do Ministério da Unificação sul-coreana, mais de 132 mil sul-coreanos se candidataram para as reuniões familiares, dos quais, ao menos 75 mil já faleceram.

Desde a divisão do país, entre norte e sul, pela intervenção estadunidense durante a guerra da Coreia, tais encontros constituem-se na única possibilidade dos coreanos reverem seus familiares.

Roubo de bebê por franquista vai a julgamento 50 anos mais tarde

A Espanha iniciou na última terça-feira o primeiro julgamento de um caso de bebês roubados durante a ditadura de Francisco Franco (1939-1975), décadas depois de tornar-se público que dezenas de milhares de recém-nascidos foram arrancados de suas mães para serem entregues a famílias partidárias do fascismo.

Eduardo Vela, um antigo obstetra de 85 anos de idade está sendo acusado por Inés Madrigal, trabalhadora ferroviária de 49 anos, de tê-la separado de sua mãe biológica e falsificado sua certidão de nascimento, em junho de 1969. O médico, para quem a promotora pede 11 anos de prisão, é o primeiro responsável pelo roubo de bebês a parar no banco dos réus, graças ao testemunho – em 2013 – da mãe adotiva de Inés Madrigal, Inés Pérez, já falecida. De acordo com Pérez, que não

podia ter filhos, Vela lhe “presenteou” um bebê e pediu para que simulasse uma gravidez, para logo ser declarada mãe biológica da recém-nascida. Diante do juiz de instrução, Vela disse há cinco anos que assinou “sem ler” o documento médico, que indicava que assistiu ao parto. Agora, frente ao tribunal, alegou não recordar de nada e também desconheceu sua assinatura.

Recebida com aplausos por manifestantes que entoavam “Justiça”, Madrigal reiterou que este julgamento não é só seu. “Já não é meu caso, isto transnacional, todo mundo sabe que crianças foram roubadas neste país. Uma mãe não pode jamais esquecer de seu filho”, sublinhou a senhora de 49 anos, acrescentando que descobriu a verdade foi “um golpe terrível, demolidor, emocionalmente falando”.



Protesto nos EUA: “Liberem nossas crianças!” e “crianças não são moeda de barganha”

Gestapo da fronteira deixa mãe brasileira separada de filho de 9 anos por 1.500 km

Após separada do filho de nove anos, Diogo, na fronteira dos EUA, desde o dia 29 de maio, apenas nesta terça-feira e quarta-feira (26 e 27 de junho) a mãe, a brasileira Lídia Karina, pôde reencontrá-lo brevemente, em dois encontros de uma hora cada, descritos pelo advogado dela, Jeff Goldman, como momentos de grande emoção e alegria, mas também de apreensão. Ela levou para ele comida, roupas e brinquedos. O menino parece triste, mas saudável.

Karina é uma das mães das 51 crianças brasileiras que são mantidos em abrigos pelo governo Trump, após separação forçada, sob a política de “tolerância zero”. Os breves encontros

aconteceram em Chicago, cidade para onde o menino foi levado, e Lídia está com enorme expectativa de que venha a ser favorecida pela medida cautelar concedida pelo juiz Dana Sabraw, que estabeleceu prazo máximo de 30 dias para reunião das famílias separadas.

Diogo está em um abrigo a mais de 1.500 km de onde Lídia, de 27 anos, está provisoriamente hospedada, na casa de amigos brasileiros em Massachusetts, desde que foi liberada no dia 9 de junho. Até então, só vinha falando com o filho por telefone, em ligações de apenas dez minutos, duas vezes por semana. Ela entrou nos EUA em

busca de asilo mas acabou considerada imigrante ilegal e detida.

Lídia continua sem saber qual o endereço do abrigo aonde seu filho vem sendo mantido ou como é o local. O encontro foi em outro lugar, conforme acerto entre as duas partes.

As autoridades americanas não facilitam a devolução das crianças separadas. “O governo exige que Lídia e outras duas pessoas com quem ela está morando cedam suas impressões digitais para uma checagem de antecedentes”, que alega que iria levar 22 dias. Um prazo de 22 dias quando há “uma criança envolvida e separada da mãe”, se espanta o advogado.

Suprema Corte dos EUA dá sua benção à xenofobia da Casa Branca contra islâmicos

A Suprema Corte dos EUA considerou válida a ordem executiva do presidente Donald Trump, que proibiu a entrada nos EUA de cidadãos de cinco países muçulmanos – Síria, Irã, Líbia, Somália e Iêmen – e dificultou o ingresso de viajantes da Coreia do Norte e da Venezuela. “Essa decisão ficará na história como um dos grandes fracassos da Suprema Corte”, afirmou a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês). A decisão foi tomada por 5 votos a 4 na quarta-feira (26). Manifestantes na porta da corte repudiaram a benção à xenofobia de Trump e à discriminação contra imigrantes e muçulmanos.

A sentença é ainda mais absurda no contexto em que foi tomada: um tamanho rechaço – no país inteiro e internacionalmente – à política

de caça aos imigrantes, que forçou o governo Trump a recuar da separação forçada das famílias.

A decisão também foi condenada pela Anistia Internacional: “essa política de ódio é uma catástrofe em todo lugar – não apenas para aqueles que simplesmente querem viajar, trabalhar ou estudar aqui nos Estados Unidos, mas também para os que buscam segurança contra a violência”.

“O fanatismo da proibição muçulmana deveria ser tão claro para a Suprema Corte quanto é para os muçulmanos demonizados por ela”, declarou o Conselho de Relações Americano-islâmicas. Para o principal advogado contra a proibição de Trump, Neal Katyal, a decisão da mais alta instância judicial do país “é inconstitucional, sem precedentes, desnecessária e

antiamericana”.

A concessão a Trump de uma folha de parreira jurídica para esconder sua xenofobia, por parte da mais alta instância jurídica dos EUA, representa um memento de própria história da corte, que já aprovou, em outros tempos, as leis Jim Crow de apartheid racial nos EUA e perseguiu trabalhadores em nome do antimonopolismo.

As entidades de direitos civis denunciam que a ordem executiva de Trump é uma limitação desproporcional, com base em preconceitos islamofóbicos e que afeta mais de 100 milhões de pessoas. Em seu voto, que foi derrotado, a juíza Sonia Sotomayor manifestou os “paralelos gritantes” da decisão com aquela de 1944 que conduziu ao confinamento dos nipo-americanos, a tristemente famosa *Korematsu v Estados Unidos*.

Após 6 anos de injustiça, camponesas de Curuguaty são libertadas no Paraguai

Após 6 anos de prisão injusta e ilegal, três camponesas sobreviventes ao massacre realizado em Marina Kue, Curuguaty, no dia 15 de junho de 2012 ganharam liberdade no Paraguai. Vítimas de uma aberração jurídica que transformou inocentes em culpados após o assassinato, por franco-atiradores, de seis policiais e 11 camponeses, Lúcia Agüero, María Fani Olmedo e Dolores López são parte do grupo de trabalhadores rurais condenados a até 35 anos de prisão, acusados de “homicídio doloso”, “organização criminosa” e “invasão de imóvel alheio”. O morticínio, com digitais made in USA, abriu caminho ao golpe contra o presidente Fernando Lugo uma semana depois.

Como comprovaram os advogados, mesmo se quissem se contrapor ao imenso cerco feito por 324 policiais com armas de grosso calibre – e até helicóptero – os menos de 60 sem-terra, metade deles idosos, mulheres e crianças, jamais contaram com algo além de umas poucas armas

velhas. Garruchas para caçar animais de pequeno porte que nunca dispararam.

Os tiros que mataram policiais e camponeses vieram mesmo de armas que os sem-terra nunca possuíram. A única “organização” que conformaram nada tinha de criminosa, uma vez que foi solicitada pelo próprio Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert) para que pudessem pleitear o benefício da reforma agrária. E, tão ridícula quanto as demais acusações, a de invasão de imóvel cai por terra na medida em que o território de Curuguaty é público.

“Estes anos na prisão foram injustos, porém estou orgulhosa de mim porque eu não fui à prisão por uma causa, mas por uma injustiça. Também estou orgulhosa de meus companheiros que continuam presos e dos que estão livres. Por isso irei a Marina Kue ajudar aos que necessitam”, destacou Lúcia Agüero. Naquele fatídico dia ela foi até o local para ajudar

os irmãos, quando um deles foi assassinado e ela trancafiada: “Muitas vezes não pude dormir e recordo como se matavam as pessoas”. Durante o tempo em que ela e o filho de 11 anos de idade tiveram que ficar em prisão domiciliar, contou, houve momentos em que passou fome longe da família, sem poder sair e buscar outro tipo de emprego.

De acordo com Guillermina Kanonnikoff, ex-pesca política da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e dirigente do movimento de solidariedade aos presos de Curuguaty, “a luta agora é para ampliar a pressão nacional e internacional, a fim de que sejam revogadas imediatamente as absurdas condenações de Rubén Villalba (35 anos), Luis Olmedo (20 anos), Arnaldo Quintana e Nestor Castro (18 anos)”. “É preciso que esta injustiça seja reparada e todos possam, em Curuguaty, somar forças e mostrar o potencial do trabalho coletivo”, frisou.

A ação declara “inconstitucional” a separação forçada de famílias e classifica a ‘tolerância zero’ de Trump de “cruel e ilegal”. Juiz federal Sabraw deu 30 dias para juntar filhos e pais

Dezesseis estados norte-americanos, incluindo Nova Iorque, Califórnia, Illinois e Novo México, mais a capital federal, Washington, processaram o governo Trump para exigir a imediata reunião das crianças com as famílias de que foram separadas na fronteira sob a xenofobia política da “tolerância zero” com imigrantes e refugiados que o mundo inteiro está repudiando.

A ação também declara “inconstitucional” a separação forçada de famílias e classifica a política de ‘tolerância zero’ de Trump de “cruel e ilegal”. Seis dias após a ordem executiva de Trump suspendendo a separação, o número de crianças “sob custódia” das autoridades federais e separadas dos pais só tinha diminuído de seis, conforme dados apresentados pelo responsável, o secretário de Saúde e Serviços Humanos de Trump, Alex Azar. Na terça-feira, as crianças ainda aguardando eram 2.047.

A serem coerentes todos os números divulgados pelo regime Trump, quase todas as “522” ditas já devolvidas se referem àquelas cuja separação em andamento foi interrompida pela chegada da ordem executiva. Na ação judicial acolhida no tribunal distrital federal em Seattle, os dezesseis estados argumentaram ainda que a política do governo priva pais e filhos do devido processo legal e nega aos imigrantes que fogem da violência o direito de solicitar asilo.

Os procuradores acusam o governo Trump de estar movido por um “ânimo e um desejo de ferir” imigrantes que chegam da América Latina, ou seja, deixando de lado o jurídico, por um ânimo racista contra gente hispânica e pobre. Eles alegaram também que seus estados estão sendo forçados a arcar com o aumento dos custos de assistência social, educação e serviços sociais. Apesar da detenção de adultos ser concretizada particularmente no Texas, as crianças separadas são mandadas para abrigos em locais tão longínquos da fronteira quanto Nova Iorque ou Chicago.

Em outra frente legal, um juiz federal de Los Angeles, Dana Sabraw, atendendo a ação impetrada pela principal entidade de defesa dos direitos dos EUA, a União Americana das Liberdades Civis (ACLU), determinou que todas as famílias separadas pela força anti-imigração devem ser reunidas no prazo de 30 dias, sendo que para crianças com menos de cinco anos de idade o prazo é de 14 dias. Proibiu expressamente deportar pais sem seus filhos e considerou provado que foram separadas famílias que entraram para pedir asilo legalmente através dos postos fronteiriços.

WPost: ‘Deixem a equipe de Trump comer em paz’

O Washington Post saiu ironicamente em socorro da Casa Branca, solicitando que “deixem a equipe de Trump comer em paz”. É que está virando moda os auxiliares de Trump serem hostilizados por causa da xenofobia e crueldade contra imigrantes e seus filhos. No domingo, o The Red Hen, restaurante de Lexington, Virgínia, se recusou a servir à secretária de imprensa da Casa Branca, Sarah Huckabee, e seu grupo.

No primeiro caso a chamar a atenção, a chefe da represa, isto é, do Homeland, Kirstjen Nielsen, foi vaiada no restaurante de Washington MXDC Cocina Mexicana e teve seu jantar interrompido aos gritos de “vergonha”. Como pode ela desfrutar de um jantar mexicano quando está deportando e prendendo dezenas de milhares de pessoas que chegaram em busca de asilo nos Estados Unidos”, bradou uma das pessoas a quem a presença de Nielsen e seus guardas costas causou náuseas.

O juiz Sabraw exigiu ainda que seja providenciado contato telefônico entre pais e crianças no máximo em dez dias. Inicialmente, a ação da ACLU, impetrada em março, era referente a uma mulher congoleza, que pediu legalmente asilo, foi presa assim mesmo e teve sua filha de sete anos separada dela, à qual se somou uma brasileira também separada do filho de 14 anos.

Sabraw autorizou que o caso se transformasse numa ação coletiva para incluir todos aqueles na mesma situação. “Os fatos apresentados ao tribunal mostram ações reativas governamentais para dar resposta a circunstâncias caóticas causadas pelo próprio governo”, assinalou.

Para a ACLU, a ordem executiva de Trump “não resolve” esta crise humanitária. “Alega acabar com a separação da família, mas não oferece planos para reunir os milhares de crianças que permanecem separadas dos pais. Agora o governo quer prender essas famílias e seus filhos em campos de detenção improvisados”.

GAIOLAS

Enquanto isso, a reunião das famílias separadas virou uma balbúrdia. O Departamento de Imigração e Alfândega dos EUA anunciou que, por falta de acomodações – leia-se gaiolas de arame – para alojar as famílias de imigrantes que chegam com crianças, terá de suspender provisoriamente a aplicação estrita da “tolerância zero” e parará de encaminhar casos envolvendo pais para processos criminais.

Para os imigrantes sem documentos que não tiverem crianças, a ordem é continuar prendendo (e deportar o mais rápido possível). A falta de “acomodações” deverá ser sanada em breve, por meio dos campos de concentração em quartéis que o Pentágono já está providenciando. Pressionado, o secretário Azar asseverou – contrariamente a todos os testemunhos já fartamente reproduzidos na mídia – que “todo pai ou mãe tem acesso para saber onde o filho está”.

O Homeland (Departamento de Segurança Interna) tornou o centro de detenção de imigrantes de Port Isabel, no Texas, no “principal centro de reagrupamento familiar e remoção de adultos sob sua custódia”. Mas advogados de direitos civis que foram até lá para prestar ajuda revelaram que os reencontros não estão acontecendo, para desespero dos pais detidos. Pais que haviam pedido formalmente asilo nos EUA disseram que iam desistir, na esperança de reaverem seus filhos. “Estou lutando para ficar nos EUA, correndo o risco de nunca mais ver meu filho?”, indignou-se um dos afilios pais.

ANTONIO PIMENTA

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (12)

É evidente, nesse quadro, como a adesão ao neoliberalismo, do PT e de outras tendências – supostamente “de esquerda”, no mundo – conduziu ao afogamento na mentira e na corrupção

CARLOS LOPES

Em uma anotação realizada durante sua longa prisão sob o fascismo, Antonio Gramsci escreveu:

“Não pode existir associação [sociedade] permanente, com capacidade de desenvolvimento, que não seja sustentada por determinados princípios éticos, que a própria associação [sociedade] determina para seus componentes individuais, a fim de obter a solidez interna e a homogeneidade necessárias para alcançar o objetivo. Nem por isso estes princípios deixam de ter caráter universal” (A. Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, vol. 2, trad. Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed., Civ. Bras., 2001, p. 231).

Agradeço ao jurista e professor Enoque Feitosa, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), termo chamado a atenção para este trecho da obra de Gramsci.

Nele está sintetizado o nosso problema: se a sociedade (isto é, a espécie humana, pois esta não sobrevive sem a **associação** entre os seres humanos) tem algum futuro – ou se será extinta.

Evidentemente, o fim de uma sociedade não é a extinção da espécie – a sobrevivência desta última dependeu, em seus momentos cruciais, da passagem a outro tipo de sociedade, com base econômica e superestrutura jurídica, política e cultural diferente e superior à anterior.

Se é correta – e deve ser – a conclusão de alguns cientistas, que estudaram a última comunidade dos neandertais, em Gibraltar, o que fez o nosso destino diferente deles, foi a nossa muito maior sociabilidade.

A questão, portanto, de hoje, é que, do ponto de vista mundial, o capitalismo, em seu estágio monopolista, foi já aos seus extremos: tornou-se antissocial, anti-humano. Com isso, ele ameaça a espécie humana, porque ameaça a sua característica central, a sociabilidade – com tudo o que acompanha a sociabilidade humana, a começar pelo pensamento.

Rigorosamente:

“O imperialismo, o capitalismo monopolista, está mais apodrecido do que nunca. (...) é um paquiderme adiposo, esclerosado, repugnante, que não anda mais, que se arrasta, que trava tudo desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais, e suga toda seiva vital nos países periféricos” (Claudio Campos, *A História Continua*, 2ª ed., Fundação Instituto Claudio Campos, 2015, p. 126).

Ou, de maneira ainda mais sintética:

“... o imperialismo é hoje um cadáver mais apodrecido do que nunca, que arrasta para a sua tumba milhões e milhões de seres em todo o mundo, e que nada será capaz de fazer retornar à vida” (idem, p. 235).

Em suma, o capitalismo mo-



Itália, 25 de abril de 1945: o dia da libertação

nopolista tem uma existência de zumbi, de vampiro, de morto-vivo. Como faz para, ainda, manter-se insepulto?

Pela violência sanguinária – e pela mentira.

Filmes no estilo “Matrix” apenas refletem o mundo de falsidades em que se tornou a chamada “comunicação de massa” – a “mass media”, tão incensada pelo sr. Marshall McLuhan, logo elevado ao status de gênio, na década de 60, por alguns intelectuais meramente tributários do que se diz ou se escreve nos países centrais do sistema imperialista.

Não por acaso, em certos meios acadêmicos – e não somente acadêmicos – passou-se a contestar a existência da verdade. Inclusive nos cursos de **jornalismo** ou comunicação de algumas das nossas mais prestigiadas universidades.

Existem várias modalidades dessa anti-ideia. A mais grosseira é aquela que afirma que somen-

te existem “versões” ou que a verdade é apenas “a verdade de cada um”.

Porém, as outras modalidades são, a rigor, embalagens, mais ou menos enfeitadas, para essa grosseira idiotice.

Se, no meio acadêmico, isso significa a negação da ciência e sua substituição por um discurso tão reacionário quanto arbitrário, nos meios políticos isso significou a substituição, na maioria das tendências, da estratégia partidária – qualquer uma – pela mera marketagem.

O melhor exemplo, no Brasil, é o PT – embora, o PSDB não lhe fique muito atrás.

Tome-se a campanha de Lula, em 2002.

Quem tomava as principais decisões políticas quanto a que apresentar ao povo, sobretudo através da TV?

O marketeiro, Duda Mendonça. Se isso era assim lá, em 2002, ad-

quiriu características de hipertrofia maligna em eleições posteriores, sobretudo através do marketeiro João Santana – hoje, com a esposa, condenado a oito anos e quatro meses de cadeia, por lavagem de dinheiro roubado pelo PT.

Tanto Santana quanto a esposa foram réus confessos – isso evita que tenhamos de discutir se é verdade (sim, a verdade existe!), ou não, o que acabamos de dizer sobre a substituição do conteúdo programático por qualquer coisa (não importa que seja falso ou infame) que leve a ganhar uma eleição.

Na sentença que condenou o casal Santana, o juiz Sérgio Moro considerou:

“... a lavagem encobriu a utilização de produto de corrupção para remuneração de serviços eleitorais, com afetação da integridade do processo político democrático, o que reputo especialmente reprovável. Talvez seja essa, mais do que o enriquecimento ilícito dos agentes públicos, o elemento mais reprovável do esquema criminoso da Petrobrás, a contaminação da esfera política pela influência do crime, com prejuízos ao processo político democrático. A lavagem de elevada quantia de dinheiro, com grau de sofisticação, e tendo por consequência a afetação do processo político democrático merece reprovação especial.”

Este é o motivo que fez com que os gastos eleitorais, sob o governo do PT, aumentassem em +571,69%, entre a eleição de 2002 e a eleição de 2014 (a inflação, pelo IPCA, no mesmo período, foi de 99,64%), tornando quase inviável a eleição de candidatos populares, isto é, não dependentes do poder financeiro e da corrupção.

Além de Lula e Dilma, e sob os auspícios deles, Santana corrompeu o processo eleitoral em El



Salvador, República Dominicana, Angola, Venezuela e Panamá, se é que não estamos esquecendo algum país (ou alguns).

Temos, aqui, o cruzamento entre a corrupção e a mentira.

Segundo ele mesmo revelou, Santana mantinha uma conta na Suíça que era usada por dirigentes do PT para receber propinas.

O outro lado desse cruzamento é melhor explicitado pela campanha de Dilma em 2014: jamais se viu, no Brasil, tanta mentira em uma campanha eleitoral.

Nem mesmo Goebbels, patrono dessa marketagem, conseguiu chegar, nas campanhas eleitorais que antecederam à ascensão do nazismo, a semelhante grau de falsidade e canalhice.

Dilma acusou seus adversários, literalmente, de tudo o que, dias depois do segundo turno das eleições, passou a fazer, jogando o país na pior crise de sua história.

E ainda encontrou um apoiador tucano para a sua conduta eleitoral no sr. Samuel Pessoa, que enunciou a verdade fundamental do neoliberalismo: “Do ponto de vista das regras de funcionamento da democracia, não há problemas. Estelionato faz parte do jogo” (Folha de S. Paulo, 29/03/2015).

Continua na página 6

CEARÁ
MELHOR
EDUCAÇÃO
PÚBLICA
DO PAÍS

CEARÁ

A MELHOR EDUCAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL.



UM ESTADO INOVADOR, COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL COMEÇA COM UMA BOA EDUCAÇÃO.

Educação é a base para a sociedade alcançar o desenvolvimento sustentável. Por isso, o Governo do Estado investe continuamente na área e, hoje, o Ceará tem uma das melhores educações do Brasil e a melhor carreira de magistério do país. Com uma população bem capacitada, a produtividade e a renda aumentam. Assim, com os investimentos continuados, persistentes e crescentes em educação, o Ceará será a Coreia do Sul do Brasil em 2050. É o Governo do Estado investindo no capital humano como um motor da nossa economia.

Melhor
educação
básica do Brasil

77 escolas entre as
100 melhores
do país no Ensino
Fundamental Público

2 Faculdades de
Tecnologia e
3 Universidades
Estaduais

4.363 bolsas
de mestrado
e doutorado

230 Escolas
de Tempo Integral

32 Centros
Vocacionais
Tecnológicos

9
Centros Cearenses
de Idiomas

15.000 alunos
em estágio nas
escolas de educação
profissional



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Educação

NOVAS IDEIAS, NOVAS CONQUISTAS.